

A I Guerra Mundial na imprensa católica: o caso da *Liberdade*

PAULO F. DE OLIVEIRA FONTES* | NUNO ESTÉVÃO FERREIRA**



* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal
 <https://orcid.org/0000-0003-4134-3205>
pfontes@ucp.pt

** Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal
 <https://orcid.org/0000-0002-0468-2745>
neferreira@ucp.pt

Resumo: O jornal *Liberdade* é o ponto de partida para a análise do tratamento da I Guerra Mundial na imprensa católica portuguesa. Para compreender o perfil do periodismo católico durante a I República são observados os modos de organização do catolicismo durante o regime inaugurado em 1910, incluindo os processos de intervenção no espaço público e de mobilização de correntes de opinião. O jornal *Liberdade* acompanhou o conflito de 1914-18 de acordo com as perspetivas centrais da sua linha editorial: defesa da liberdade de organização dos católicos, ação concertada por meios legais, capelanias militares e separação entre as esferas de atuação da Igreja e do Estado. O tratamento da I Guerra Mundial será profundamente politizado, com a colocação na agenda de temas fulcrais para o catolicismo durante o regime republicano: restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Vaticano e pacificação religiosa como via para estabilidade política interna.

Palavras-chave: I Guerra Mundial, Imprensa, Catolicismo, Portugal, Estado, Igreja.

World War I in the Catholic Press: the case of *Liberdade*

Abstract: The newspaper *Liberdade* is the starting point for the analysis of the treatment of World War I in the Portuguese Catholic press. To understand the profile of Catholic periodicals during the First Republic, the modes of organisation of Catholicism during the regime inaugurated in 1910 are observed, including the processes of intervention in the public space and the mobilization the tends of opinion. The newspaper *Liberdade* followed the 1914-18 conflict according to the central perspectives of its editorial line: defence of Catholics' freedom of organisation, concerted action by legal means, military chaplaincies and separation between the spheres of action of the Church and the State. The treatment of the First World War was deeply politicised, with issues that were central to Catholicism during the republican regime being put on the agenda: the re-establishment of diplomatic relations between Portugal and the Vatican and religious pacification as a way to internal political stability.

Keywords: World War I, Press, Catholicism, Portugal, State, Church.

Introdução

O presente artigo visa discutir, de forma exploratória, algumas questões sobre a forma como a imprensa católica observou a I Guerra Mundial, situando-as no quadro geral da evolução dessa mesma imprensa e do posicionamento da Igreja Católica no período da I República. Em trabalhos de investigação recente, têm merecido análises de conjunto os posicionamentos dos católicos em face do regime implantado em 1910¹, a problemática da lei da separação e os diversos posicionamentos no interior do catolicismo², as relações entre a Igreja Católica e o Estado no curso do conflito³, a assistência religiosa nos campos de batalha⁴ e a evolução do periodismo católico durante a vigência da República⁵. Com este texto, pretendemos realizar um “estudo de caso”, a partir do foco jornalístico atribuído à I Guerra por parte de um dos diários católicos de então: *Liberdade* (Porto, 1914-1919). A sua existência quase se confunde, aliás, com o debate político e as tensões sociais que se desenvolveram em Portugal entre as declarações de guerra e a cessação das hostilidades.

Com uma linha editorial vincada, previamente estabelecida, a *Liberdade*, diário noticioso e organizado com base no comentário e no combate políticos, possui características que o constituem como modelar entre a imprensa católica do período da guerra. Do ponto de vista da sua génese, intencionalidade e repercussões, assim como na perspetiva do percurso político e eclesial dos seus responsáveis, a *Liberdade* corresponde ao tipo de jornalismo praticado no período: ideológica, doutrinal ou politicamente alinhado, estruturado a partir de meios tecnológicos escassos e com elevado grau de informalidade. Produto de uma corrente do catolicismo que ensaiava uma reorganização interna em face do regime de 1910, o jornal visava uma forma de intervenção específica no espaço público, fazendo da construção noticiosa e das interpretações dos factos um instrumento para a mobilização política dos católicos de modo articulado. O lançamento do Centro Católico Português, em 1917 – assente na ideia de que havia que fortalecer a união e organização dos católicos para lutarem pelos seus princípios na sociedade, no quadro legal de separação existente e fora da tutela do Estado –, possui, na *Liberdade*, um instrumento

-
- 1 MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A “guerra religiosa” na I República*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2010.
 - 2 SEABRA, João – *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX: a lei da separação de 1911*. Parede: Príncipia, 2009.
 - 3 PINTO, Sérgio Ribeiro – *Separação religiosa como modernidade: Decreto-lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 2011.
 - 4 MATOS, Luís Salgado – *A separação do Estado e da Igreja: concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo*. Lisboa: D. Quixote, 2011, p. 378-492.
 - 5 MOURA, Maria Lúcia de Brito – *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*. Lisboa: Colibri, 2010.
 - 6 MOURA, Maria Lúcia de Brito – A assistência aos combatentes na I Guerra Mundial: um conflito ideológico. *Revista Portuguesa de História*. 38 (2006) 41-75.
 - 7 ALVES, Paulo Bruno – *A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. 2012.

relevante. Instrumento no que diz respeito a elementos como estruturação programática, utilização da agenda política, organização de meios de atuação, sensibilização de elites católicas e demarcação de um segmento da opinião pública.

O curso da guerra iria permitir a consolidação da linha editorial previamente delimitada e implicar algumas alterações meramente pontuais nos processos na organização de conteúdos. Ao conflito seria atribuído espaço noticioso pela imposição da agenda, mas o foco principal do diário católico do Porto estaria sempre no comentário de ideias e propostas, no caso, sobre a guerra e as suas repercussões na política interna, sobretudo quanto às relações entre o Estado e a Igreja católica. A notícia encontrava-se subalternizada ao comentário e à apreciação que daquela era estabelecida. A grelha analítica dos responsáveis da *Liberdade* não seria afetada pela guerra, a não ser para atribuir maior pertinência e consistência aos objetivos doutrinários originários.

Na estruturação do texto avançar-se-á por aproximações sucessivas. Num primeiro momento, proceder-se-á a uma breve caracterização do universo do que pode ser designado como “imprensa católica”, na transição do século XIX para o século XX. De imediato, procurar-se-á uma avaliação da evolução dessa imprensa ao longo da I República, atribuindo algum destaque qualitativo ao período de recomposição verificado entre 1912 e 1916, e terminando com o quadro geral dos jornais diários que foram publicados durante a guerra. De seguinte, apresentar-se-á o jornal *Liberdade*, na perspetiva do perfil dos seus responsáveis, da linha editorial adotada e, finalmente, dos processos de organização dos conteúdos no espaço do periódico. Nas secções seguintes, efetuar-se-á uma análise da lógica argumentativa subjacente ao discurso jornalístico do diário *Liberdade* ao longo da guerra. Seguir-se-á uma linha cronológica, de acordo com a evolução do conflito e as mutações verificadas no contexto político português: o início das hostilidades na Europa e as suas repercussões imediatas sobre o regime republicano, seguido do debate na esfera política interna em torno da neutralidade e do intervencionismo e, finalmente, o acompanhamento efetuado da atuação dos militares portugueses na frente ocidental, indissociável nas alterações de regime no final de 1917, e com destaque para a Batalha de La Lys.

1. Da campanha pela “boa imprensa” ao aparecimento da “imprensa católica”

É no quadro geral do desenvolvimento e diversificação do periodismo, verificado em Portugal desde o século XIX, que a referência à criação e desenvolvimento de uma “imprensa católica” adquire sentido, em articulação com os processos de modernização do país, nomeadamente a diferenciação de esferas da vida social,

a secularização da sociedade, o alargamento da industrialização a novos setores económicos e regiões geográficas, a progressiva urbanização, o início de certa massificação cultural e a emergência da noção de opinião pública. Pese embora a ambivalência e dificuldade de definição dos seus contornos no período inicial, foi no combate ao que as autoridades católicas designavam como a “*má imprensa*” que, a par da continuação de alguns boletins diocesanos, se verificou o lançamento de um conjunto de publicações com periodicidade regular – umas de cariz mais informativo, outras de acento mais doutrinal, resultantes da iniciativa de personalidades individuais ou de novas formas do associativismo católico nascente – e que, desde o último quartel do século XIX, engrossariam o que passou a ser inicialmente designado como “*boa imprensa*”. A ideia de fomentar a “*boa imprensa*” surge assim articulada com o desenvolvimento do movimento católico oitocentista, tendo a expressão sido oficialmente usada a partir da encíclica *Dall’ Alto Dell’ Apostólico Seggio*, de 15 de outubro de 1890, dedicada ao tema da Maçonaria.

O projeto católico de recristianização da sociedade encontrou na campanha em prol da “*boa imprensa*” um motivo e um instrumento de mobilização dos católicos em geral. Em Portugal, o crescendo e a nova orientação do movimento católico permitiram, desde cedo, o desenvolvimento de uma atividade empenhada em prol desta, com a criação de Ligas em seu favor nas várias dioceses do país, permitindo criar um dispositivo fundamental para os combates presentes e futuros⁶. Esta movimentação esteve na base da realização, em 1905, em Lisboa, do *Congresso dos Jornalistas Católicos Portugueses*, por ação do conceituado escritor católico Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914), uma das figuras cujo percurso político revela bem a situação e evolução do catolicismo no período de transição da Monarquia para a República⁷. A emergência do que veio a ser designado por “*imprensa católica*” conheceu a partir daquele Congresso de 1905 um desenvolvimento significativo, seja pelo aumento do número de títulos publicados, seja pela diversificação do tipo de publicações periódicas, seja ainda pela qualificação e enraizamento local e social dos projetos editoriais, em articulação com as estruturas eclesiais católicas (paróquias, vigararias e dioceses, associações ou movimentos católicos, com particular destaque para o protagonismo de leigos, e ordens e congregações religiosas, estas sobretudo num período posterior)⁸. Como sublinham outros estudos relativamente à transição do século XIX para o século XX, a imprensa católica pretendeu, desde cedo, «influenciar a opinião pública através do combate de ideias, veiculando um

6 *Cruzada a favor da Boa Imprensa*. 2.ª ed. Lisboa: Typ. da Casa Catholica, 1902. V. também NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 230-234.

7 Cf. FERREIRA, António Matos – *Um católico militante diante da crise nacional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2007.

8 Cf. FONTES, Paulo F. de Oliveira – *Imprensa Católica*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 423-429.

pensamento que se queria mobilizador das consciências, impedindo o triunfo da indiferença e do espírito anti-religioso»⁹.

Efetivamente, sob o olhar atento da Santa Sé, e sobretudo a partir do pontificado de Leão XIII (1878-1903), a imprensa católica passou a ser um meio privilegiado na difusão de ideias e propostas, noticiário de eventos e também de afirmação do que então era apresentado como sendo os “direitos da Igreja”, tornando-se numa das armas para lutar contra a crescente influência da imprensa laica, sobretudo republicana, socialista e anarquista nos meios citadinos. Na sequência da auscultação feita por Roma aos bispos do mundo católico, em 1895, em Portugal foi realizado um levantamento por Manuel Frutuoso da Fonseca (1862-1908), no qual se registaram 66 títulos de jornais publicados entre 1840 e 1895¹⁰, confirmando a existência de um universo próprio, ainda que bastante volátil ou ambivalente, no que à identidade das publicações diz respeito.

Os jornais que se publicam passaram, progressivamente, de um pendor puramente doutrinário para uma feição mais ativa e politizada na defesa das ideias da Igreja no seu empenho em regenerar e recristianizar a sociedade. Ora é precisamente aí que se encontram também as maiores dificuldades na afirmação de uma imprensa autónoma: a distinção entre a “causa católica” e as “causas políticas” (legitimista, constitucional, nacionalista, republicana ou outra), que dividiam o campo católico. O lançamento da nova União Católica, na sequência do chamado “Apelo de Santarém”, lançado pelo Episcopado aos católicos portugueses, em 1913, traduz a nova estratégia das autoridades eclesásticas diante da política laicizadora da I República, secundarizando as divisões políticas dos católicos e apostando no substrato comum que os identificava e cuja ação haveria de repercutir-se na renovação da vida social do país: «Por Deus, pela patria e pela liberdade das nossas consciências corramos todos a alistar-nos na *União Católica*, que será a pacífica phalange dos defensores do ideal em que reside o segredo da renovação religiosa e social do nosso país»¹¹.

Em síntese: por imprensa católica no período da I República entende-se aqui aquela que apresenta maior autonomia e distanciação relativamente às divisões políticas internas ao campo do catolicismo, que valoriza o projeto de união dos católicos e que apresenta uma crescente especialização, conforme os diversos atores e formas de presença da Igreja no interior das dinâmicas sociais modernas.

9 FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da religião. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História religiosa de Portugal*. Vol. 3: CLEMENTE, Manuel, coord. – *Religião e secularização*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 37-59; cit. da p. 46.

10 Cf. NETO – *O Estado, a Igreja e a Sociedade*, p. 230.

11 UNIÃO CATHÓLICA – *Appêlo do Episcopado aos catholicos portugueses*. Guarda: Typ. Empresa Veritas, 1913, p. 20.

2. A imprensa católica durante a I República

2.1. Características gerais

A implantação da República implicou, no imediato, uma diminuição dos títulos de periódicos católicos em circulação no espaço público (Figura n.º 1)¹². Referimo-nos a publicações regulares, incluindo jornais, revistas e boletins, com algum conteúdo informativo e noticioso, mesmo que nem sempre de cariz geral, mas também centrado em atividades e dinâmicas sociais e religiosas e, eventualmente, destinadas a um público restrito ou com capacidade limitada de difusão e circulação. Por comparação com os últimos anos da Monarquia Constitucional, é evidente, logo no final do ano de 1910, uma quebra na imprensa em atividade, confirmada no ano seguinte. Para além da incerteza associada à transformação do regime político, a legislação de cariz anticlerical do governo provisório teve evidentes repercussões sobre a organização do catolicismo, abrangendo, inevitavelmente a imprensa.



Figura n.º 1 – Periódicos em circulação, por anos

A esta quebra inicial sucede, no entanto, um novo período de crescimento, com uma ligeira inflexão logo em 1912, num patamar inferior ao verificado no último triénio da Monarquia. Em 1913 a inversão é confirmada numa tendência de acréscimo súbito, reforçada em 1914 e que se prolonga até 1917, correspondendo a uma capacidade de resistência e de reorganização interna do catolicismo diante

12 A recolha e a organização dos dados aqui apresentados foram realizadas no âmbito do projeto de investigação “Crença e Cidadania: Organizações e Imprensa Católicas na Sociedade Portuguesa do Século XX”, desenvolvido no Centro de Estudos de História Religiosa (PTDC/HIS-HIS/113765/2009), sob a coordenação dos autores. Alguns dos resultados ser consultados no seguinte endereço: <https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/BeliefAndCitizenship/>. São devidos agradecimentos a Jacinto Guerreiro, Paulo Bruno Alves, Sandra Duarte e Tiago Apolinário Baltazar, no que se refere à recolha de dados.

dos novos desafios. Não obstante, a conjuntura económica da participação direta de Portugal no teatro de guerra europeu implicou então nova diminuição nos títulos de periódicos em circulação, atravessando o Sidonismo e a Monarquia do Norte e os primeiros anos da restauração da República Velha. Contudo, nesse período de decréscimo, o número de periódicos em circulação por ano foi sempre muito superior aos valores máximos do regime anterior a 1910. Após 1920 e até à Ditadura Militar, a imprensa católica recupera a diversificação de títulos produzidos que caracterizara o período de 1913-1917, verificando-se um novo acréscimo no número de títulos em circulação, numa ascensão contínua.

O período-chave de recuperação do espaço do periodismo católico durante o regime republicano situa-se, portanto, num primeiro momento, entre 1913 e 1917, com o ponto de inflexão à quebra de 1910-1911 (e à estagnação dos últimos anos da Monarquia) a situar-se em 1912. O Apelo de Santarém, lançado pelo Episcopado aos católicos portugueses em 1913, parece balizar novo período de expansão no universo da imprensa católica, revelando os seus efeitos na capacidade de produzir conteúdos com cariz doutrinal e informativo de forma periódica e de manter os títulos de imprensa em funcionamento (ou de substituir os entretanto extintos). Este processo de expansão da imprensa católica é interrompido pela participação de Portugal no conflito mundial e apenas em 1920 se processa uma recuperação do panorama de 1917.

A observação das novas publicações periódicas lançadas em cada ano (Figura n.º 2) permite-nos complementar os dados anteriormente analisados. A colocação de novos títulos no espaço público traduz a capacidade de diversificação dos atores do catolicismo na área do periodismo, mas também a fragilidade de muitas iniciativas editoriais, uma vez que se constata uma escassa capacidade de manutenção em funcionamento ao longo do tempo de muitas das publicações então lançadas ou previamente existentes.

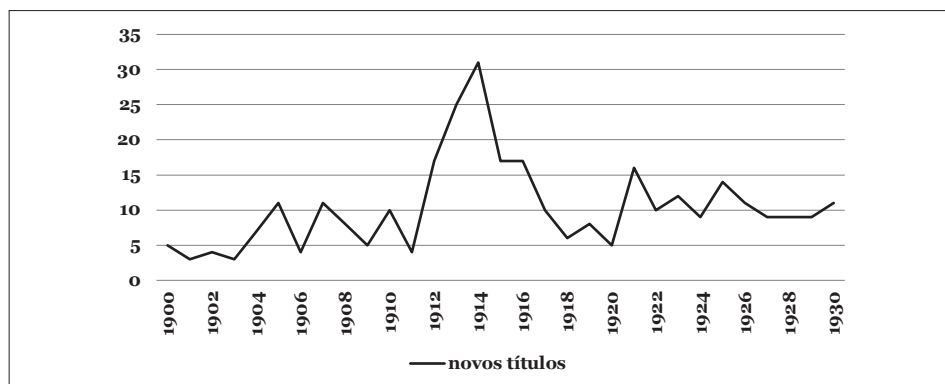


Figura n.º 2 – Novos periódicos em circulação

Entre 1903 e 1911, nota-se uma certa irregularidade no lançamento de novas publicações, mas sempre num intervalo circunscrito, entre os cinco e os dez novos títulos por ano. Depois e até 1916, regista-se uma subida na existência de novos periódicos, já num patamar bem acima (17-30). Até final da década de 1920, nova oscilação, num segmento intermédio (10-17). O início da guerra ocorre, portanto, num período de recuperação da capacidade de os católicos produzirem publicações com regularidade, marcando assim uma presença visível no espaço público. Tal recuperação equivale a um movimento de subida no número de lançamento de novos títulos ocorrido entre 1912 e 1914, aí interrompido e invertido num movimento descendente até 1916, mas situando-se sempre num patamar nunca inferior ao dos valores de 1912, que aí já eram inéditos por comparação com o passado recente.

Combinando os dados sobre as existências em circulação e o lançamento de novos títulos ao público, compreende-se que o incremento de periódicos verificado entre 1912 e 1914 se traduziu em maior número de publicações no ativo entre 1913 e 1917, enquanto a quebra de iniciativas inéditas entre 1915 e 1920 tenha implicado a estabilização de títulos católicos na ocupação de espaço em 1916 e 1917 e na sua diminuição de 1918 a 1920. A evolução no movimento de lançamento de novos periódicos antecipa assim as tendências de subida ou descida dos títulos existentes em circulação.

As explicações para estas oscilações deverão residir nos processos de reorganização do catolicismo, onde o Apelo de Santarém (1913) surge como um impulso no processo de reajustamento ao novo regime político e de recomposição interna do próprio catolicismo, já em curso no período anterior à instauração da República e, de novo, claramente visível desde 1912. O início da Guerra (1914) interrompeu a tendência para o contínuo de acréscimo de novos títulos. A declaração de guerra (1916) acentuou essa tendência, implicando conjunturalmente o regresso ao patamar quantitativo anterior a 1912, traduzido numa relativa menor diversificação do universo global de publicações católicas. No entanto, recorde-se, o total de títulos em circulação por ano foi sempre muito superior ao verificado nos períodos anteriores.

O número de títulos da imprensa católica em circulação decorre da capacidade de produção e sustentação dos mesmos, a qual, por seu turno, depende dos atores e, sobretudo, dos processos organizacionais utilizados, incluindo meios financeiros e tecnológicos para a recolha de informações, a elaboração de notícias e comentários, a negociação do espaço comercial disponível, a impressão e distribuição das publicações ao público, entre outros. Neste sentido, o desenvolvimento da imprensa católica foi condicionado por fatores de ordem global, como a legislação sobre a imprensa, a existência de meios de produção e circulação de publicações, como tipografias, acesso ao papel e uso de transportes, a criação e formação de um corpo profissional de publicistas e jornalistas ou ainda a dimensão do potencial universo de leitores. Por outro lado, as conjunturas de organização e de estruturação

interna do catolicismo condicionaram a capacidade de diversificação e de persistência no tempo das suas iniciativas na ocupação regular do espaço público.

Neste sentido, o impulso de novas publicações periódicas que ocorreu entre 1912 e 1916 pode ser observado do ponto de vista dos atores responsáveis pelas novas iniciativas (Figura n.º 3) e das dioceses onde foram promovidas (Figura n.º 4). Ainda algo ténue em 1912 e mais acentuada no ano subsequente, o incremento na produção de conteúdos regulares de tipo informativo decorreu da iniciativa de uma grande diversidade de estruturas do catolicismo, sejam de tipo territorial (dioceses, paróquias e vigararias), sejam provenientes de institutos religiosos (ordens e congregações), de movimentos laicais ou sustentados por figuras cuja atividade no periodismo era impulsionada por dinâmicas organizacionais autónomas mas consistentes (inspiração cristã).

		total	1912	1913	1914	1915	1916
episcopado	0%	0					
diocese	13%	14	1	1	4	4	4
vigararia	12%	13		1	9	3	
paróquia	22%	23	2	11	4	2	4
congregação	3%	3	1		1	1	
movimento laical	9%	10	2	1	3	2	2
inspiração cristã	41%	44	11	11	10	5	7
total	100%	107	17	25	31	17	17

Figura n.º 3 – Novos periódicos de 1912-1916, por tipos de origem

As iniciativas não estruturadas segundo a estrutura canónica vigente – referimo-nos concretamente àquelas que se encontram previstas e regulamentadas segundo o Código de Direito Canónico (1917), resultaram sobretudo da iniciativa de personalidades do catolicismo, eclesiásticas ou leigas, e com alcance sobretudo local ou regional (aqui agrupadas segundo a designação genérica de “inspiração cristã”), que desencadearam 41% de publicações regulares surgidas entre 1912 e 1916. Inscrevem-se neste âmbito, os jornais semanários *A Ideia* (Fafe, Braga, 1912-1920), *Fé e Democracia* (Covilhã, Guarda, 1913-1919, dando posteriormente origem ao *Notícias da Covilhã*), *Mensageiro* (Leiria, 1914-2013) ou o *Notícias de Vianna* (Viana do Castelo, 1916-). Foi esta a forma mais significativa da imprensa católica neste período. Presença regular no espaço público, com conteúdos informativos e opinativos, embora sem o suporte institucional de uma organização ou estrutura oficial canónica, para além da persistência e vontade dos fundadores ou diretores, assente em redes informais do catolicismo local.

A organização de iniciativas de tipo territorial-local (paróquias e vigararias) foi responsável por 34% dos novos periódicos. São os casos de boletins de âmbito

paroquial, mesmo que em formato jornal, com distribuição sobretudo local, como, por exemplo: *Boa Nova* (Estômbar e Porches, Lagoa, Algarve, 1912), *O Amigo do Povo* (Paróquia de Sande, Guimarães, Braga, 1913-1914); *Luz d'Alma* (dos Arcipresbiteros de Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Nisa e Portalegre, 1914-1918, reativado em 1922).

Na dependência direta de um bispo diocesano, registam-se somente 13% das iniciativas de lançamento de novos periódicos. Foram os casos de boletins oficiais, como, por exemplo, *Acção Catholica* (Braga, 1916), *Vida Católica* (Lisboa, 1915-) ou o *Boletim da Diocese da Guarda* (1915-1936, e que sucedeu a *Acção Catholica: Revista das Obras Religiosas e Sociais da Diocese da Guarda*, 1914).

Com um registo quantitativo muito próximo, encontram-se as publicações oriundas de associativismo militante de tipo laical, resultantes de formas organizadas ou estruturadas neste mesmo período ou resultantes de iniciativas anteriores. Seriam, por exemplo, a Juventude Católica de Braga e do Porto, com, respetivamente, *A Juventude* (1914) e *Propaganda e Acção* (1915-1916). Também o Centro Académico de Democracia Cristã editou então *O Imparcial* (1912-1919), em substituição de *Estudos Sociaes* (1905-1911), enquanto a Cruzada do Rosario pela Salvação de Portugal foi responsável por *A Cruzada do Rosario* (1916-1960) e os antecedentes, ainda não estruturados, da Liga de Acção Social Cristã a serem responsáveis por títulos como *Raio de Luz* (1913-1939). Finalmente, note-se que a legislação republicana sobre as congregações religiosas¹³ teve inevitável impacto na sua limitada capacidade de lançar e produzir regularmente novas publicações.

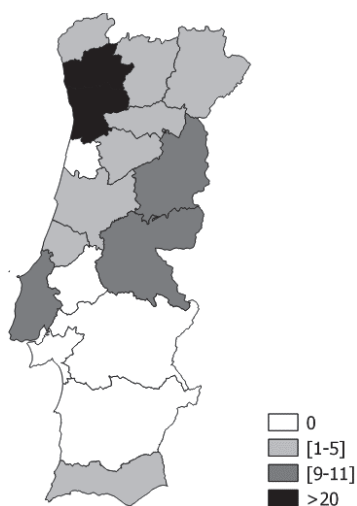


Figura n.º 4 – Novos periódicos de 1912-1916, por dioceses de origem

13 Cf. VILLARES, Artur – *As congregações religiosas em Portugal, 1901-1926*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Centrando agora a análise da origem das novas publicações regulares segundo uma variável geográfica, recorreu-se à classificação das mesmas segundo a divisão eclesiástica por dioceses do final do século XX, como forma de representar a sua inscrição no espaço territorial português¹⁴. Em consequência, é patente uma concentração da atividade editorial no norte do país, com as atuais dioceses de Braga e do Porto a reunirem 25% e 18% das novas iniciativas. Os dados das duas dioceses seriam ainda mais evidentes se considerarmos que, à época, os periódicos da diocese de Viana do Castelo (autonomizada em 1977) também deveriam ser incluídos na de Braga, assim como parte dos da de Vila Real (instituída em 1922). A diocese de Lisboa foi responsável por cerca de metade desses valores, num mesmo patamar que o interior-centro (Portalegre-Castelo Branco, com 10%). Por comparação com o Norte do país, a relativamente escassa capacidade de a diocese de Lisboa desenvolver atividade editorial católica nas primeiras décadas do século XX já havia sido notada¹⁵ e traduz também a forte assimetria então existente no mapa religioso do país. Nas regiões correspondentes às dioceses do Alentejo, não se verificou o lançamento de qualquer título de imprensa.

2.2. Os diários católicos

Nestes dados agregados do periodismo católico (jornais, revistas, boletins de distintas regularidades, algumas muito espaçadas), os jornais diários, de cariz noticioso e que requeriam maior capacidade de produção intelectual, de organização gráfica, de reprodução material e de ligações por telégrafo, telefone ou correio, possuem um espaço reduzidíssimo. Nas vésperas da revolução republicana de 1910, publicavam-se em Portugal quatro diários católicos, tendo em consideração a propriedade, o perfil dos responsáveis e a linha editorial. No Porto, eram produzidos *A Palavra* (1872-1911)¹⁶ e o *Correio do Norte* (1910-1911)¹⁷. Em Lisboa, era publicado *Portugal* (1907-1910). Na capital, o diário *A Liberdade* (1908-1910) tinha visto a sua publicação interrompida nos últimos dias de setembro¹⁸. Em Angra do Heroísmo, saía já diariamente *A União* (1893-), periódico regionalista que se tornaria em jornal oficioso da diocese em 1924.

14 A opção metodológica de representar a inscrição territorial das publicações regulares no espaço diocesano justifica-se por si mesma, na medida em que corresponde à forma de organização territorial da Igreja Católica. Já a opção de adotar a delimitação das dioceses no ano 2000 resulta do facto do projeto de recolha e sistematização da informação atravessar todo o século XX, sendo que o número de dioceses no continente passou de 12, em 1900, para 18, em 2000.

15 Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal, da Monarquia para a República*. Lisboa: Presença, 1991, p. 600-606.

16 Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O pensamento social do grupo católico de “A Palavra” (1872-1913)*. 2 vol. Coimbra: Universidade, 1977, 1992.

17 Cf. FERREIRA – *Um católico militante*.

18 Cf. SILVA, Amaro Carvalho da – *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1907-1910). Subsídios para a história contemporânea portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1996, p. 97-102.

Na imprensa católica, o embate da República foi violento. O jornal da capital não persistiu para além de 5 de outubro de 1910, enquanto os diários do Porto cessaram em fevereiro de 1911. Apenas o periódico açoriano perduraria, tendo, de resto, atravessado todo o século XX (passou a semanário em 2012).

Entre 1911 e 1913, o catolicismo no continente não conseguiu publicar diariamente qualquer periódico com conteúdo noticioso ou de opinião, mas somente semanários regionais, revistas ou boletins doutrinários. Em 1914, um bissemanário, fundado em Braga no início de 1911, era transformado em diário (*Echos do Minho*, até 1919), tal como um jornal açoriano (*A Verdade*), saído como diário igualmente desde 1911 (passou a semanário em 1918 e cessou a publicação em 1924). Também em 1914, a *Liberdade* começaria a ser publicada no Porto (até 1919). No ano do início da guerra, portanto, o jornalismo católico em Portugal recupera algum terreno, com um título originário e por intermédio da conversão em diário de dois periódicos lançados em 1911. As iniciativas, contudo, seriam breves. Em 1919, todas tinham terminado.

Este cenário da imprensa diária católica no continente português em 1914 aproximava-se do quadro verificado do início do século, quando, a par de *A Palavra*, no Porto, era publicado, em Lisboa, o *Correio Nacional* (1893-1906). A diferença entre 1900 e 1914 situava-se na geografia ou no contexto regional de inscrição social da produção noticiosa e de opinião. Quando a guerra teve início, em Braga era produzido um jornal católico, ao contrário de Lisboa. A prevalência do Norte acima registada para a imprensa católica em geral também se verificava então entre os diários. A produção noticiosa mais intensa inscreve-se, portanto, no movimento mais geral do periodismo católico.

Em 1914, o norte do país já recuperara o mesmo número de títulos diários registados em 1910, aquando da implantação da República, mas com diferente distribuição geográfica: aos dois do Porto sucediam um no Porto e outro em Braga. Quando a guerra terminou, Lisboa retomara um título, *A Ordem* (1916-1919), repondo-se assim, na capital, o cenário quantitativo dos diários católicos que se verificara em 1900 e em 1910. Já na década de 1920, o Porto deixaria de ter lugar na imprensa católica diária, acentuando o decréscimo que se registara na segunda cidade do país entre 1910 e 1914, quando o Porto perdera um título e Braga passara a produzir um diário. Paralelamente, Braga e Lisboa possuíam, já nos anos de 1920, um jornal cada, confirmando a sendo que os diários católicos de Braga e Lisboa manter-se-iam em publicação por longos períodos: o *Diário do Minho*, com início em 1919, ainda se mantém no ativo, enquanto o *Novidades*, enquanto diário católico, teve início em 1923 e persistiu até 1974¹⁹.

19 Cf. LEMOS, Mário Matos e – *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne/CEIS20, 2006, p. 40-47.

A expressão numérica dos jornais diários de matriz doutrinal católica é, portanto, muito exígua e relativamente constante no primeiro quartel do século XX. No universo mais geral das publicações periódicas católicas, em 1914 verifica-se uma retoma do número de títulos em circulação, relativamente ao período final da Monarquia, com a consolidação, no longo prazo, a ocorrer já na década de 1920. A distribuição geográfica altera-se, com o eclipse de Lisboa nos primeiros anos da República, inclusivamente nos anos da guerra, quando se assiste a uma recomposição da imprensa católica em Portugal, com o seu crescimento global, diversificação de tipo de publicações, protagonismos e públicos-alvo, a sua reorientação doutrinal e a sua disseminação pelo território nacional. O aparecimento do jornal *Liberdade* no Porto, entre 1914-1919 inscreve-se assim nesse movimento de expansão e reforço da imprensa confessional, no acatamento de uma “política de *ralliement*” relativamente à República, de combate à política e legislação laicista dos governos e a afirmação da identidade católica do país, num tempo de guerra, onde o apelo à liberdade e ao patriotismo se confundiam com o ideal religioso católico.

3. O jornal diário *Liberdade*

3.1. Responsáveis e linha editorial

O jornal *Liberdade* foi publicado no Porto entre 7 de junho de 1914 e 12 de fevereiro de 1919²⁰. Propriedade da Sociedade Libertas, presumivelmente constituída para o efeito, foi lançado pouco antes do início da guerra, contando, à data, com apenas dois responsáveis formais, de acordo com a ficha técnica: Francisco Veloso como redator e Carneiro Mesquita como administrador²¹. Durante os quase cinco de existência do jornal, somente Alberto Pinheiro Torres, entre 20 de agosto de 1914 e 4 de agosto de 1916, exerceu a função de diretor. Antes e depois deste período, Francisco Veloso, entretanto redator-principal, assumiu a direção da *Liberdade*.

Figuras marcantes do catolicismo português ao longo do século XX, os responsáveis iniciais e o diretor formal, durante dois anos, representam a reorganização católica em reação ao regime republicano, expressa em iniciativas como o jornal

20 Data final registada em FERNANDES, Raul de Matos – *Jornais do Porto (1896-1925)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1978. Na Biblioteca Nacional o último número é de 18 de Janeiro de 1919 (LEMOS, Mário Matos e – *Jornais diários portugueses*, p. 419-420).

21 A posse do jornal passaria para Empresa Jornalística da Liberdade, Lda. (julho de 1914). Segundo Adelino Alves (*Centro Católico Português*. Lisboa: Rei dos Livros, 1996, p. 68), tratava-se de um jornal da Diocese do Porto, afirmação que não confirmámos, apesar da manifesta amizade entre D. António Barroso e Francisco Veloso (GOMES, J. Ferreira – O Juiz-Conselheiro Dr. Francisco de Abreu Fonseca Veloso. Esboço da sua biobibliografia. In OLIVEIRA, António Cândido, ed. – *Estudos em homenagem a Francisco José Veloso*. Braga: Universidade do Minho; Associação Jurídica de Braga, 2002, p. 8). Como administradores, suceder-se-iam: Pe. José dos Santos Barroso (julho de 1914) e Júlio Pereira Caldas (julho de 1915).

Imparcial, a reativação do CADC de Coimbra, a formação da Juventude Católica e do Centro Católico²². Juristas formados em Coimbra, combinavam, em 1914, duas gerações distintas, do ponto de vista etário, profissional e político.

Francisco Veloso tinha somente 21 anos, enquanto Carneiro de Mesquita e Pinheiro Torres já estavam na casa dos 30. No entanto, Veloso e Mesquita tinham estado em simultâneo em Coimbra, onde se tinham envolvido em iniciativas políticas conjuntas, como o relançamento do CADC, a publicação do *Imparcial* e a organização da Juventude Católica. A atividade pública de Pinheiro Torres tinha sido iniciada ainda antes da queda da Monarquia, com a eleição pelo Partido Nacionalista para a Câmara de Deputados em 1908 e 1910.

O exercício da advocacia constituía um elo de ligação entre os três responsáveis, ainda que com graus de profissionalização muito distintos, uma vez que Carneiro de Mesquita era eclesiástico, proveniente da Diocese de Lamego e o exercício da profissão forense foi pontual. O envolvimento na génese do Centro Católico constituiu o elemento de aproximação, desde a fase de sensibilização até à propaganda de candidaturas parlamentares, incluindo a eleição como deputados dos próprios Francisco Veloso e Pinheiro Torres. A *Liberdade* e o Centro Católico corresponderiam, entre 1914 e 1917, à combinação entre duas gerações em diferentes estádios de atuação pública, sobretudo na arena política.

A experiência no periodismo era uma marca comum aos protagonistas da *Liberdade*. Para além do jornal *Imparcial* de Coimbra, Francisco Veloso era diretor da revista *Ilustração Catholica* e, com Manuel Gonçalves Cerejeira, lançara a efémera experiência do periódico cultural *Lusitania* (1914). A estes três formatos distintos, juntava-se, portanto, um diário na segunda maior cidade do país. Carneiro de Mesquita tinha sido o primeiro proprietário e administrador do *Imparcial* e seria o primeiro diretor da *Voz da Verdade* (1932), órgão oficial da Diocese de Lisboa. De acordo com Cerejeira, Veloso tinha sido o “verdadeiro diretor” do *Imparcial*²³. De certa forma, a *Lusitania* e a *Liberdade* correspondem à recuperação da colaboração iniciada em Coimbra entre Veloso, Mesquita e Cerejeira, mas agora sob o formato de uma revista cultural e de um jornal diário. Para além de sucessivas colaborações na imprensa, Pinheiro Torres tinha dirigido *O Grito do Povo e a Democracia Cristã* (órgão do Círculo Católico de Operários do Porto, 1907), o *Combate* (órgão do Partido Nacionalista do Distrito de Braga, 1910) e o diário católico *A Palavra* (Porto, 1910) e ainda viria a ser responsável pelo semanário católico *A Ordem* (Porto, 1936).

22 Cf.: CRUZ, Manuel Braga da – *As origens da democracia cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980; AMARO, António Rafael – *O Imparcial*, um jornal de combate (1912-1919). In SEABRA, Jorge; AMARO, António Rafael; NUNES, João Paulo Avelãs – *O C.A.D.C. de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934): uma abordagem introdutória a partir dos Estudos Sociais (1905-1911), Imparcial (1912-1919) e Estudos (1922-1934)*. 2.ª ed. revista. Lisboa: Colibri, 2000, p. 65-115.

23 CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – *Vinte anos de Coimbra*. Lisboa: Gama, 1943, p. 215.

Os percursos políticos dos três responsáveis pela *Liberdade* seriam extremamente diversificados, tornando mais interessante a análise do diário portuense. Ainda durante a I República ou já no Estado Novo, as suas evoluções representam distintas vias políticas dos católicos portugueses.

Pinheiro Torres abandonaria o Centro Católico (1919) e envolver-se-ia expressamente com a Causa Monárquica, em cujas listas seria eleito deputado em 1925. Já em pleno Estado Novo, seria eleito para a I Legislatura da Assembleia Nacional (1935), integrando as listas da União Nacional²⁴.

Carneiro de Mesquita seria secretário de Cerejeira na Diocese de Lisboa e o primeiro representante da Igreja Católica na Câmara Corporativa. Estaria envolvido nas negociações para a assinatura da Concordata entre Portugal e a Santa Sé e acompanharia o patriarca de Lisboa nas viagens ao Brasil, à América do Norte e à África Portuguesa. Figura igualmente próxima de Salazar, manteria contactos regulares com o chefe do Governo, a cuja residência se dirigiria semanalmente para celebrar a missa dominical (*Novidades*, 26.4.1962)²⁵.

Mantendo diversas colaborações na imprensa de Portugal, das colónias de Angola e Moçambique e até do Brasil, Francisco Veloso, entretanto, secretário-geral da Associação Comercial de Lisboa (1934-1959), seria detido por motivos políticos em 1942 e manifestar-se-ia, em 1945, publicamente em oposição ao salazarismo, apoiando o MUD nas eleições desse ano (*Diário de Lisboa*, 17.11.1945)²⁶.

Os responsáveis do diário *Liberdade* possuíam, portanto, alguma experiência no periodismo, mas visavam, sobretudo, manter uma intervenção pública católica, intensificar a sua regularidade e conferir-lhe maior amplitude temática. De certa forma, vinham da atividade cívica e política para o jornalismo ou encaravam o jornalismo como uma atividade paralela nas suas vidas profissionais e que se destinava à ação religiosa e política. A propriedade de um jornal não era entendida como um negócio ou uma atividade económica, mas um instrumento de ação e um meio de intervenção na esfera pública. A produção de notícias e a sua difusão possuíam um intuito manifestamente comprometido, onde os acontecimentos eram interpretados de acordo com uma matriz programática específica.

24 Cf.: POLICARPO, Verónica – Torres, Alberto Pinheiro. In CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa, dir. – *Dicionário biográfico parlamentar, 1935-1974*. Vol. II. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Assembleia da República, p. 702-706; RAMOS, Rui – Torres, Alberto Pinheiro. In MÓNICA, Maria Filomena, dir. – *Dicionário biográfico parlamentar, 1834-1910*. Vol. III. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Assembleia da República, 2006, p. 918-921.

25 Cf.: MARTINS, Susana – Mesquita, Alberto Carneiro de. In CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa, dir. – *Dicionário biográfico parlamentar*, p. 135-136; CARVALHO, Rita Almeida – *A Concordata de Salazar*. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, 2013, p. 257.

26 Cf.: *Comércio Português*. 159/161 (1960) 77 e 82; NOGUEIRA, Franco – *Salazar*. Vol. IV. Coimbra: Atlântida, 1980, p. 29-30; VELOZO, Francisco J. – *História de Portugal: I: prolegómenos da investigação*. Braga: Livraria Cruz, 1984, p. 167-173; GOMES, J. Ferreira – O Juiz-Conselheiro Dr. Francisco de Abreu Fonseca Velozo.

Logo no primeiro número, a sociedade detentora da *Liberdade* era apresentada como iniciativa de «um grupo de catholicos» para «defeza dos interesses religiosos». Peça de uma estratégia mais vasta, o jornal visava «difundir o objectivo e aceitar a cooperação de católicos». Proceder à «propaganda dos principios christãos» e alargar, por intermédio de um diário, o raio de influência de uma perspectiva de fundo eram as principais finalidades (*Liberdade*, 7.6.1914).

A esmagadora maioria das peças publicadas na *Liberdade* não seria assinada. Por vezes era utilizado o recurso a pseudónimos (Paulo de Tarso ou Junius) ou somente a iniciais, nem todas descodificáveis (C., M., X. ou Z.). Dessa forma era viabilizado o anonimato e, eventualmente, a concentração de opiniões num círculo regular algo restrito. Pela frequência e pelo relevo, é provável que Ruy Vaz de Sá, por exemplo, fosse o pseudónimo de um dos responsáveis diretos pela produção regular dos conteúdos do jornal.

A *Liberdade* caracterizou-se, portanto, por ser primordialmente um diário de opinião e não um jornal noticioso propriamente dito. Consistiu num instrumento de atuação de uma corrente cultural, religiosa e política no espaço público, visando afirmar um programa e definir uma determinada linha de rumo, a partir de uma compreensão própria do que seria então a identidade católica. A atualidade fornecia os temas de uma agenda, trabalhada de acordo com uma estratégia específica. Obtidas por correspondentes ou com recurso a agências especializadas, as notícias de âmbito nacional, internacional ou local eram difundidas e, em muitos casos, interpretadas de acordo com a grelha estratégica dos responsáveis pelo jornal. Da atualidade, faziam parte as decisões políticas e também os rumores ou os comentários obtidos nos bastidores, tratados, para efeitos de difusão na opinião pública, de acordo com uma linha editorial que correspondia aos objetivos dos seus responsáveis.

As peças de maior destaque gráfico eram, precisamente, aquelas em que eram efetuadas análises da atualidade e comentários incisivos, não apenas sobre a situação em Portugal. A política internacional possuía espaços próprios e era igualmente ocasião de interpretação de acordo com a linha editorial da *Liberdade*.

O jornal visava pugnar contra a política religiosa da I República e advogar a liberdade de atuação da Igreja Católica, no quadro de um regime de separação concordatário. Não era classificada como decisiva a questão da forma de regime ou da forma do Estado, ainda que fosse perceptível uma preferência pela Monarquia, por contraposição ao regime de 1910. As políticas do novo regime eram objeto de críticas insistentes, com a lei da separação, o corte de relações diplomáticas com a Santa Sé e as sanções aplicadas aos bispos portugueses a serem objeto de combate constante. Mas era igualmente sublinhado o desagrado com as condições regalistas com que a Igreja vivia no período anterior a 1910. O regresso à Monarquia não podia,

portanto, significar a reposição *tout court* do modelo de relações entre o Estado e a Igreja que então vigorara.

Na perspetiva do *ralliement* de Leão XIII, a *Liberdade* pugnava pela organização dos católicos para defesa dos direitos da Igreja e da religião. A escolha do título do jornal era, aliás, elucidativa sobre a linha de fundo que o caracterizava. Importava, portanto, lançar e consolidar a estruturação dos católicos de forma a efetivarem uma ação unida e concertada no espaço público, com recurso a instrumentos legais, e disponibilizados pelo regime político em vigor, independentemente da sua orientação de momento.

Na imprensa, o objetivo da corrente política que se estruturava em torno do jornal *Liberdade* pretendia sensibilizar a opinião pública para o exercício de direitos, liberdades e garantias dos católicos. Insistentemente era reivindicada a liberdade de culto, de associação e de ensino, o direito de os prelados governarem as suas dioceses nos respetivos territórios e reclamadas as vantagens de restabelecimento de relações diplomáticas com a Santa Sé. Para o parlamento, interessava eleger deputados católicos que combatessem políticas contrárias aos interesses do catolicismo, que criticassem propostas legislativas tendentes a cercear a atuação da Igreja, que propusessem políticas e medidas consentâneas com os interesses desta e apresentassem alterações substantivas às que estivessem em debate.

Lançado em meados de 1914, o jornal permitiu, de certo modo, a sensibilização e a mobilização da opinião católica para a necessidade de formação do Centro Católico. As suas páginas foram, desde dezembro de 1914, local privilegiado para a reivindicação do lançamento da nova organização²⁷. Posteriormente constituiu um suporte regular do lançamento e atuação da nova força política. Nos atos eleitorais, apelou ao voto dos católicos em candidatos de confiança, criticando o abstencionismo reclamado pelos setores monárquicos. Em 1915 a *Liberdade* divulgou a apresentação das primeiras candidaturas católicas ao Congresso, divulgou ações de campanha e apelou expressamente ao recenseamento e ao voto. Dos responsáveis pela *Liberdade* saíram dois dos parlamentares católicos de 1918.

O combate à política religiosa e laicizadora do regime republicano constituiu a linha dominante do jornal. As polémicas com outros jornais sucederam-se, não apenas com republicanos, como *O Mundo*, *A Capital*, *República*, *A Lucta*, mas também os monárquicos de *O Dia*, sobretudo a propósito da atuação em face das eleições. O catolicismo constituía um instrumento de união nacional, à diferença do protestantismo, então considerado elemento externo e desnacionalizador. Defendia-se, então, um regime concordatário de separação, que conferisse aos católicos liberdade de organização e de atuação.

27 CF. ALVES – *Centro Católico Português*, p. 70-74.

A análise da atualidade, nacional e internacional, seria efetuada de acordo com esta mesma visão. A título de exemplo, refira-se a forma como era saudada, ainda antes da guerra, a então recente política religiosa da Sérvia. A assinatura de uma concordata com a Santa Sé significara o fim da influência austríaca sobre os católicos sérvios, expressa, por exemplo, na nomeação dos bispos, anteriormente efetuada pela Áustria e, doravante, a realizar pela Santa Sé com consulta ao governo sérvio. Com este precedente, a influência austríaca sobre os católicos albaneses poderia ser igualmente colocada em causa e a Sérvia ficava ainda numa posição prestigiante relativamente aos católicos croatas. Até nos Balcãs, portanto, os católicos eram considerados como fator «de força e coesão», considerando-se que quaisquer «perseguições [...] redundam em prejuízo da nacionalidade e nunca da crença a quem as perseguições robustecem mais e mais» (30.6.1914). Esta última observação constituía uma clara crítica à situação portuguesa pós-1910, com base num conjunto de notícias internacionais e num tratamento jornalístico assente numa grelha analítica de cariz político.

3.2. Características técnicas e organização de conteúdos em secções regulares

A *Liberdade* seria publicada diariamente, exceto à segunda-feira, no respeito pelo dia de descanso semanal ao domingo. Tratava-se um matutino de grande formato (61x42cm), a oito colunas e composto por quatro ou seis páginas (esporadicamente apenas duas). Composto em tipografia própria instalada na sede da administração e redação, as manchas de texto eram extremamente densas, com muito escasso recurso a imagens ou fotografias (Figura n.º 5). Os títulos a toda a largura eram igualmente pontuais, estando destinados para destacar acontecimentos marcantes, de modo excecional. Em 1916 o formato foi ligeiramente reduzido (56x37cm), passando a conter sete colunas, mas mantendo a densidade de texto. Foi lançado com o mesmo custo avulso que, por exemplo, *A Capital*, duplicando em agosto de 1917, seis meses depois de igual aumento verificado no referido diário republicano de Lisboa. O número de páginas foi sendo reduzido, passando a contar com quatro ou somente duas. As alterações de formato e de preço foram justificadas com as repercussões da economia de guerra, nomeadamente o custo do papel (15.8.1917).

A grande aposta para circulação do jornal terão sido as assinaturas, no âmbito das redes do catolicismo, mesmo que estas possuíssem um reduzido grau de estruturação. Em 1916 passou a conter na primeira página a indicação de que se tratava do jornal com maior volume de assinaturas no Porto. Depois, a segunda cidade era substituída pela região norte do país como espaço de maior impacto de receção do jornal. Uma noção precisa sobre o movimento no volume da distribuição por essa

PRIMEIRO ANO. N.º 26

Numero avulso, 1 c. (10 reis)

Quarta-feira, 8 de Junho de 1914

PREÇO DAS ASSINATURAS

ANNUAL... SEMESTRAL... TRIMESTRAL... AVULSO...

REDACTOR PRINCIPAL: DR. FRANCISCO SOUSA DOS VELOSOS

O preço d'um "patriotismo"

Este appareto não é outro! É esta gente com... O preço que se paga por este patriotismo...

Novo burla

Se a crise do carácter é... O preço que se paga por este patriotismo...

Das portuenses

Capital, órgão de... O preço que se paga por este patriotismo...

A opinião... que se publica

De burlas... O preço que se paga por este patriotismo...

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES

ANNUAL... SEMESTRAL... TRIMESTRAL... AVULSO...

REDACTOR PRINCIPAL: DR. FRANCISCO SOUSA DOS VELOSOS

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

Alfons Bernarides

Alfons Bernarides... O preço que se paga por este patriotismo...

via privilegiada é fornecida em 1917, com o registo de que, em mês e meio, terão sido suspensas 131 e rececionadas 118 novas assinaturas. Esta anotação era acompanhada de um apelo aos católicos para suprirem o diferencial de 13 assinantes, uma vez que o diário se destinava a suportar a “acção catholica organizada” e a suas dificuldades ou até suspensão afetariam esse objetivo central (14.3.1916; 7.10.1917).

No início, sobretudo quando o jornal alcançou as seis páginas, a publicidade chegou a ocupar uma página completa. Com as menores dimensões do diário, a distribuição desta fonte de financiamento continuou a concentrar-se, sobretudo na última página, mas nem sempre em exclusivo. Na primeira página, certamente mais dispendiosa, a publicidade foi rara e, com grande destaque, apenas foi notada já durante a guerra (Banco Popular Portuguez, em 10.3.1917). Entre os anunciantes e para além da banca, seguros e casas comerciais do norte do país, realce para, de forma sazonal, algumas estâncias termais, no verão, e escolas e colégios, sobretudo católicos, no início do ano letivo.

Relativamente à organização dos conteúdos de acordo com secções regulares, o diário possuía características próximas dos seus congéneres. O artigo de fundo ou editorial constituía a marca mais característica do jornal, pela análise e comentário políticos da atualidade e pelo lugar de destaque conferido: na primeira página e a ocupar, no geral, as duas colunas da esquerda, mesmo que não integralmente. Também nessa página, “Echos & Comentarios” constituía uma secção regular, destinada a pequenas notas sobre a atualidade política ou a críticas implícitas a opiniões veiculadas em outros jornais ou a decisões do poder político.

As notícias ou comentários de cariz local ou regional estavam agrupadas em rubricas próprias, sobretudo nas páginas interiores. “Do Paiz”, “Diario de Lisboa”, “Notas Portuenses”, “Atravez do Porto” ou “Carta de Braga” foram as mais frequentes. No caso de Lisboa, a dimensão era significativa e a continuidade evidente, chegando mesmo a ser referida a existência de um correspondente da capital. No geral possuía o subtítulo de “Notas & Impressões” e era acompanhada ou integrava uma secção específica, “Telegrapho e Telephone”. Durante um curto período, foi assegurada por um dos futuros responsáveis máximos do Centro Católico, António Lino Neto, ainda que sob o pseudónimo de Paulo Agostinho²⁸.

Nos primeiros números, as páginas centrais tinham em lugar de destaque e com realce gráfico a secção “Diario do Estrangeiro”. Poucos dias volvidos, a guerra implicou a reorganização desta rubrica regular, com maiores relevância e densidade atribuídas às notícias internacionais. As cartas do estrangeiro (“Carta de Roma”, “Carta de Hespanha”, “Carta de Inglaterra”, “Carta da America”) ou outras secções

28 Cf. ALMEIDA, João Miguel – *Católicos e política na crise do Liberalismo: o percurso de António Lino Neto (1873-1934)*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2013, p. 204-221.

de menor regularidade (“Echos lá de Fóra”, “Do Estrangeiro”, “Imprensa Mundial”) atestavam o espaço atribuído à situação internacional.

Por vezes, com organização gráfica própria que as tornava autonomizáveis e colecionáveis, “Edição da Liberdade” e “Folhetim da Liberdade” foram espaços para a publicação de pequenas obras, como *A Victoria do Amor*, de Pierre L’Ermite (1914), *Escrava ou Rainha*, de M. Dailly (1915), *As Duas Noivas*, de J. Colomb (1918) ou *A Véspera de Natal*, de Schmid (1919). Existiam ainda outras rubricas para agrupar informações económicas e culturais destinadas ao grande público, possuindo elevada regularidade mas dimensão e destaques algo restritos: “Mercado Financeiro; Cambios”, “Semana Financeira”, “Theatros”, “Na Nossa Estante”, “Boletim Religioso” ou “Necrologia”.

A publicação da *Liberdade* quase coincide com o período da I Guerra Mundial. Ainda se encontrava numa fase de consolidação quando o conflito teve início e resistiu escassos meses ao armistício, terminando poucos dias após o início da Conferência de Paris. Não obstante, as causas para a sua suspensão não remetem para a conjuntura internacional, mas para o plano político interno, com o pós-Sidonismo e a Monarquia do Norte²⁹. A guerra constituiria, no entanto, o acontecimento mais marcante para este diário católico do norte, seja do ponto de vista do destaque dado às notícias, da linha editorial adotada ou da organização dos conteúdos publicados. Os ângulos de abordagem corresponderiam à lógica de lançamento do jornal: um instrumento de um grupo de católicos empenhados em combater na opinião pública pelo que definiam como a liberdade da Igreja contra as políticas da República, sobretudo a visão do novo regime acerca das relações entre o Estado e a Igreja. Seria esse o foco principal adotado na análise jornalística do conflito mundial, da sua evolução e do seu impacto em Portugal.

4. O início da guerra

Logo no n.º 20 do diário *Liberdade* eram publicadas as primeiras notícias sobre o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, nas páginas interiores, mas sem o enquadramento da Secção “Diário do Estrangeiro”. Provavelmente com base nas agências internacionais, o tratamento jornalístico é marcadamente noticioso, reportando dados obtidos em Sarajevo e em Viena sobre o atentado, os efeitos na sucessão do trono, as reações do imperador, a sucessão de condolências ou a organização do funeral (17.1914).

No número seguinte, a primeira página já contém uma crónica em local de destaque, subscrita por M., alegadamente conhecedor do candidato ao trono

29 Cf. LEMOS – *Jornais diários portugueses*, p. 420.

austríaco assassinado em Sarajevo. O exercício jornalístico resulta num perfil de Francisco Fernando sob a perspectiva da liderança política, mas com um enfoque determinado no problema da religião no espaço público, recorrendo a episódios que se pretendiam ilustrativos: uma alegada recusa do arquiduque em participar numa visita oficial à Rússia, porque a comitiva austríaca integraria um ministro de um partido que pugnava pela separação de Roma, ou a proibição do seu séquito comprar e ler periódicos anticatólicos (2.7.1914). O texto visava uma análise da atuação de um estadista de acordo com os princípios basilares da linha editorial católica do diário.

A antevisão dos efeitos em Portugal de uma crise internacional é feita em alguns editoriais ainda antes das declarações de guerra. O enfoque é colocado na fragilidade da política externa portuguesa desde 1910. Sobressai a crítica clara à I República e ao seu posicionamento internacional, por comparação com a situação durante a Monarquia Constitucional. Um conflito militar à escala europeia seria dramático devido ao prestígio perdido no panorama internacional. Com «os paradoxos do sr. Chagas» ou «o violino do sr. Relvas» será impossível «evitar que o respeito dos vizinhos se quebre», numa alusão que conjuga receios expansionistas de Espanha com as pretensões coloniais britânicas e germânicas. Por essa razão, o regime republicano teria dificuldades em lidar com ameaças externas num conflito «que podendo ser o fim d'uma tyrannia de portugueses será talvez o inicio de um despotismo de estrangeiros» (29.7.1914). O desprestígio perante o exterior abrangia todo o sistema político, desde as substituições «de homens por figuras de barro» nas chancelarias europeias, à sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros e à própria chefia do Estado, cujos poderes, relevo e capacidade de atuação seriam considerados diminutos e contrastantes até com outros regimes republicanos: enquanto «Poincaré corre a Paris, o presidente Arriaga parte para Buarcos» (2.8.1914).

À medida que a Europa se direciona para as declarações de guerra, sucedem-se na *Liberdade* as notícias breves do estrangeiro e os textos de maior dimensão, enquadradas na secção “Do Estrangeiro” ou sob cabeçalhos nem sempre regulares mas que dão conta da evolução verificada: “O Conflictu Austro-Servio”, “Dar-se-há a Conflagração?”, “A Crise Europeia”, “Em plena Conflagração”, “A Convulsão na Europa”. A 8 de agosto e nos dias seguintes a primeira página atribui grande destaque gráfico ao conflito, com base em recursos raramente utilizados, como o título centrado para abranger as oito colunas (Figura n.º 6).

Mas o realce estaria sempre no editorial, espaço privilegiado para a análise política dos efeitos da crise em Portugal, traduzindo o objetivo central do jornal: o comentário político da situação portuguesa. A violação da neutralidade do Luxemburgo constituía um indício preocupante, assim como o envolvimento da Inglaterra, dadas as eventuais implicações da aliança com Portugal. A presença de navios alemães no Tejo permitia suspeitar de quaisquer entendimentos com o

PRIMEIRO ANNO — N.º 53

Numero avulso, 1 c. (10 reis)

Sexteirão, 8 de agosto de 1914

REDO DAS ASSINATURAS

PORTO: Rua da ... 1000 ...

REDAÇÃO: Rua ...

DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO



A CONULSAO EUROPEIA
Começam os grandes combates

Os francezes victoriosos em Nancy—Os allemaes entram em Liege—A armada ingleza vae a allemã no mar do Norte—A invasão da Austria

Portugal está ao lado da Inglaterra—A sessão no Congresso

Em face dos acontecimentos

Atendendo ás circumstancias em que se encontra o pais, perante o conflito europeo...

Pela Patria!

DIARIO DO ESTRANGEIRO

Pobos equilibrio—Lindos palacetes—Cincentidencias europeas—Napoleto e o Kaiser...

Ultimas noticias

Os allemaes foram batidos pelos francezes em Nancy, ficaram prisioneiros muitos soldados...

A Alemanha entrou em Liege e a Itália.

Espera-se a todo instante que lhe declare guerra.

A hegemonia allemã não se reconhece communicações telegraphicas. O cable submarino que ligava a Galla e a Alemanha está cortado.

PARIS, 8.—Veio o ultimo combate de Longwy, um affeio de infantaria franceza foi vencedor, detros prodigios de valor, matando seis allemes.

A Grã-Bretanha dá a resposta? WASHINGTON, 5.—O presidente Wilson offerece os seus bons officios a allemes e ás potencias da Europa, implicadas na guerra.

Prisão do grand-duque Constantino

PARIS, 8.—Segundo um telegrama de Berlim, o grand-duque Constantino, herdeiro do throno da Romania, foi preso em Liege...

Política da Belgica

PARIS, 8.—O throno allemão casar-se a Belgica...

Parda d'un paquete allemão

LONDRES, 8.—Um navio allemão parda d'un paquete...

Os belgas desarmados

LONDRES, 8.—Os belgas desarmados...

Forças marcos todas as fortalezas de Liege

LONDRES, 8.—O general Kitchener foi informado...

Os francezes desarmados

LONDRES, 8.—O general Kitchener foi informado...

A neutralidade da Dinamarca

LONDRES, 8.—A Dinamarca...

A apprehensão da Liberdade

O mais misterioso de todos os crimes, a apprehensão da Liberdade...

O apredimento da Alemanha e da França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França

PARIS, 8.—Foi a primeira vez que se viu a Alemanha e a França...

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES

Em cada edição, 100 réis...

ANUNCIOS...

Proprietaria—Sociedade 'Liberdade' Limitada

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

Redactor Principal: DR. FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS VELLOSO

As Noticias

Removendo de sua cadeira...

império germânico, sobre os quais não existiria conhecimento público, enquanto os apelos governamentais à união patriótica mereciam observações críticas devido à conflituosidade gerada pela questão religiosa. A posição de fundo seria igualmente explicitada: manutenção da neutralidade, à semelhança de Espanha, mantendo as responsabilidades decorrentes da aliança com Inglaterra (14.8.1914).

Logo nesta fase inicial do conflito e de acordo com a perspetiva de uma guerra rápida, os editoriais da *Liberdade* incluem afirmações sobre a necessidade de cessação da conflituosidade política interna. Numa conjuntura de exceção e de forma a não agravar as tensões endémicas e a fragilizar a “nação” perante o exterior, era anunciada a intenção de suspender um dos eixos centrais da publicação: «Atendendo às circunstâncias em que se encontra o país, perante o conflito europeu e às medidas tomadas pelo governo, deixamos de nos referir quotidianamente aos acontecimentos políticos» (8.8.1914). Esta predisposição seria logo reafirmada: «Da nossa boca não partirão palavras de divisão. Em quatro dias, a situação modificou-se, para todos os que habitam esta linda terra de Portugal» (9.8.1914).

Nas páginas do diário do Porto, não passa despercebida uma certa visão do Império Alemão, sobretudo em matéria de política religiosa e da posição ocupada pelo partido católico no sistema político. No combate à Kulturkampf e na influência exercida sobre as principais leis aprovadas pelo parlamento (operariado, tratados comerciais, Código Civil, a marinha como base para a política mundial), o Zentrum³⁰ é apresentado como um modelo de atuação. Mas a situação do catolicismo na Alemanha é indissociável da ação do imperador, «que se considera como representante do germanismo cristão, soberano ao mesmo tempo de católicos e protestantes», de tal forma que «a cultura catholica recuperou o avanço que sobre ella tomara a cultura protestante» (7.11.1914). Ainda nos primórdios da guerra e bem antes do conflito atingir as colónias portuguesas, um editorial havia realizado o elogio de Guilherme II, destacando o seu «fervor religioso» e a sua faceta progressista, na indústria, na questão social, na educação e na cultura (27.8.1914). Na comparação entre os principais contendores e tendo como pano de fundo a posição dos republicanos durante o Ultimatum de 1890 (com críticas incisivas ao império britânico, que, em 1914, se aproximavam), a Alemanha chega a ser apresentada como uma «das nações da Europa [...] a quem devemos menos agravos» (8.9.1914).

Os apelos iniciais ao fim da conflituosidade e à instauração de um ambiente de pacificação interna, em face do conflito como contexto de exceção, não seriam confirmados. Aliás, a guerra, logo no seu início, forneceria novos tópicos de agenda à linha editorial da *Liberdade*. As reivindicações sobre o lugar da religião no espaço

30 Cf. MAYEUR, Jean-Marie – *Des partis catholiques à la démocratie chrétienne (xix^e-xx^e siècles)*. Paris: Armand Colin, 1980. Série U: Histoire contemporaine.

público assumiam contornos mais vincados, tendo por base questões até então inéditas e ainda o recurso a comparações internacionais, que demonstravam a inconsistência do caso português e geravam contrastes classificados como gritantes.

No verão de 1914, os acontecimentos marcantes no plano internacional sucedem-se a um ritmo elevado e, na *Liberdade*, justificam leituras de acordo com o seu impacto na política portuguesa. Por ocasião da morte de Pio X, eram registadas as condolências apresentadas pelo chefe do Governo ao patriarca de Lisboa, mas era criticado o facto de o executivo não ter aproveitado a oportunidade para proceder à revisão da lei da separação. Aliás, o clima de guerra na Europa tinha fornecido exemplos de pacificação religiosa ou de reconfiguração de conflitos anteriores. O caso de França constituía um modelo, com o regresso de elementos das congregações e o restabelecimento das capelanias hospitalares (25.8.1914).

Esta última questão mereceria vários desenvolvimentos, constituindo um tema recorrente, situação que, de todo, não é característica exclusiva deste periódico, mas abrangeu todo o universo católico português³¹. A notícia de que o governo francês, na sequência de exposição do comandante da esquadra do Mediterrâneo, restabelecerá nos regimentos e unidades navais os capelães militares mereceria um breve comentário sobre a situação equivalente em Portugal. Ainda no período monárquico, a situação das capelanias não era «florescente», devido à «lassidão» dos responsáveis e também à «atmosfera regalista que rodeava o Estado». Todavia, era recordado que a lei da separação não procedera à sua abolição, pelo que era efetuado um apelo aos bispos e aos capelães para considerarem a questão (27.8.1914). Pouco tempo volvido, o tema seria retomado, agora com base na publicação de uma carta com esclarecimentos sobre a extinção do corpo de capelães e a situação então verificada (2.9.1914).

Ainda nesta fase inicial do conflito, os processos jornalísticos para tratamento da questão dos capelães seria diversificada: a publicação de carta de um militar ao ministro da Guerra (10.10.1914), um artigo de opinião cuja autoria é identificada apenas por uma única inicial (17.10.1914), as análises sequenciais de um padre de Bragança (18 e 20.11.1914) ou um texto do deputado católico Pe. Casimiro Rodrigues de Sá (12.1.1915). Seriam, sobretudo, os editoriais a conferir maior destaque ao problema, tanto do ponto de vista discursivo como do impacto gráfico. As oportunidades seriam diversificadas: discussão de relatório de atividade governamental (4.12.1914), intenção do bispo de Angola em acompanhar as colunas militares (5.1.1915) ou a carta do patriarca Mendes Belo ao presidente da República (7.1.1915).

A argumentação recorria à perspetiva comparada, tendo como ponto de partida regimes políticos tão distintos em matéria religiosa quanto aqueles que eram

31 Cf. MOURA – *Nas trincheiras da Flandres*.

intervenientes ativos na guerra. O regime de separação francês não recusara os serviços religiosos na frente de batalha, à semelhança da «autocrática» Rússia. Na Alemanha e na Inglaterra, coexistiam ministros de culto católicos e protestantes, tal como na Áustria-Hungria, onde ainda se realizavam serviços religiosos ortodoxos e muçulmanos. De tal forma que a situação dos militares portugueses se tornava, na perspetiva do editorialista, equiparável a tunisinos, argelinos ou senegaleses, os quais «a Europa [...] não considera talvez gente!» (13.1.1915).

Logo no início da guerra, portanto, seriam definidas os principais temas editoriais da *Liberdade*. A questão dos capelães militares constitui a via preferencial para problemas de fundo, como a pacificação da questão religiosa, a reivindicação de uma concordata de separação e o reatamento das relações diplomáticas com o Vaticano. Todas estas matérias assumiriam maior acuidade na difícil conjuntura de guerra e seriam mais pertinentes com a prossecução do conflito, nomeadamente a declaração de guerra em 1916 e a intervenção direta de militares portugueses na Flandres desde 1917.

5. Neutralidade e intervencionismo

Em diferentes momentos, a perspetiva sobre a manutenção da neutralidade portuguesa em face da I Guerra Mundial seria reafirmada na *Liberdade*. Desde 1914, a posição de fundo assentava na perceção de que Portugal não possuía condições diplomáticas, militares e económicas para intervir no conflito. A organização militar e os custos da guerra não trariam benefícios ao país e a aliança com a Inglaterra não obrigava a uma intervenção.

Com este posicionamento, era aberta uma nova frente nas críticas à situação pós-1910, com as correntes intervencionistas a serem objeto de forte contestação, assim como quaisquer declarações suscetíveis de indiciar tendências para participação na guerra. O combate às posições dos líderes dos partidos republicanos seria uma constante. E, apesar da iniludível preferência dos responsáveis da *Liberdade* pelo regime monárquico, mereceria igualmente reparo o apoio prestado à Inglaterra contra a Alemanha pelo pretendente ao trono de Portugal, cuja posição seria classificada em editorial como um «passo arriscado e um acto impolítico» (8.9.1914).

Todavia o «patriotismo» e a «autonomia da nação» eram valores superiores para os responsáveis pelo jornal. Apesar da defesa da neutralidade, o nacionalismo expresso pela linha editorial viriam a justificar o aplauso à defesa das colónias. Logo em 1914 era saudado, em editorial, o envio de militares portugueses para África, porque se tratava da defesa do território nacional: «guardarmos o que é nosso e garantirmos os nossos domínios» (12.9.1914). A integridade do império colonial e a defesa da pátria constituíam valores mais significativos que quaisquer

estratégias diplomáticas ou políticas de guerra. A frente colonial forneceria, aliás, a primeira ocasião para um apelo concreto à pacificação interna em matéria religiosa e ao recrutamento de capelães militares. Constatava-se que, em Portugal, «pela primeira vez vae a espada sem a cruz» e «não podemos partir para a guerra desunidos» (18.10.1914).

A apreensão dos navios alemães em 1916 foi duramente criticada logo desde o momento em que começou a ser executada. A possibilidade de constituir o *casus belli* foi objeto de duras apreciações em editorial do jornal portuense, com particular enfoque na figura do então chefe do Governo: «Não é possível conceber uma politica externa mais desastrada de que a do snr. Affonso Costa que, para vergonha e por desgraça de todos nós preside ‘soberanamente’ aos destinos deste pais desde a heroica jornada de 5 d’Outubro.» Tal como em peças equivalentes de 1914, era mantida a perspetiva de que a «attitude patriotica e criteriosa [seria] a observancia dos nossos compromissos internacionaes, que satisfazia a Inglaterra e não nos indispunha com a Allemanha». Para o editorialista do diário católico, Portugal não possuía união suficiente, nem armamento, nem obteria quaisquer vantagens, mas somente prejuízos, sobre a situação financeira, a economia, a mão-de-obra e a paz social (26.2.1916).

O tratamento noticioso da apreensão dos navios alemães estaria na origem de mais uma polémica com outros diários, no caso *A Capital*. Neste caso o conflito tinha sido originado por uma peça do correspondente da *Liberdade* em Lisboa (12.2.1916), onde se aludira a dificuldades com o arresto causadas por anterior venda dos navios a empresa espanhola, justificando a acusação no vespertino republicano de Lisboa (20.2.1916) de pouco patriotismo no diário católico do Porto. Na resposta, o autor do editorial da *Liberdade* (22.2.1916), justificava a redação de tal notícia na secção “Diario de Lisboa”, dez dias antes, com a necessidade de expor problemas para despertar consciências em ordem a um levantamento nacional (Figura n.º 7). Deste editorial, constava ainda um relato do regresso de militares de África a Campanhã: «magros, alguns quasi esqueleticos, rotos, n’uma visivel prestação d’alma e corpo. Algumas mulheres choravam os que não chegaram e que nunca mais chegarão». E percorreriam as ruas da cidade no meio da «indiferença pública», em contraste com a linguagem empregue em notícia lateral na mesma página.

A declaração de guerra não deixava dúvidas na redação da *Liberdade* quanto à posição a adotar. Mantinha-se a perspetiva inicial de «neutralidade honrada» de acordo com «interesse nacional» e com a perceção da «opinião publica». Perante a evolução do conflito, os responsáveis pelo diário mantinham-se como «irreductiveis adversarios da participação de Portugal na guerra» (5.1.1916). No entanto e à semelhança da frente colonial no início do conflito, afirmavam que «não nos recusaremos a sacrificios quanto a autonomia da nação no’los reclame» (1.3.1916).

SEGUNDO ANNO - N.º 508

PREÇOS DAS ASSINATURAS
ANNUAL (12 MESES)
SEMIANNUAL (6 MESES)
TRIMESTRAL (3 MESES)
MENSAL (1 MEZ)

DIRECTOR
DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES
REDACTOR PRINCIPAL
DR. FRANCISCO SOUSA VIEIRA

Numero avulso, 1 c. (10 reis)

Terça-feira, 22 de Novembro de 1916

PREÇOS DAS PUBLICAÇÕES

ANNUAL (12 MESES)
SEMIANNUAL (6 MESES)
TRIMESTRAL (3 MESES)
MENSAL (1 MEZ)

ANNUAL (12 MESES)
SEMIANNUAL (6 MESES)
TRIMESTRAL (3 MESES)
MENSAL (1 MEZ)

ANNUAL (12 MESES)
SEMIANNUAL (6 MESES)
TRIMESTRAL (3 MESES)
MENSAL (1 MEZ)

ANNUAL (12 MESES)
SEMIANNUAL (6 MESES)
TRIMESTRAL (3 MESES)
MENSAL (1 MEZ)

ANNUAL (12 MESES)
SEMIANNUAL (6 MESES)
TRIMESTRAL (3 MESES)
MENSAL (1 MEZ)

A "Capital,"

A "Capital" do domingo vem a ser o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Logo a seguir a este fasciculo vem o primeiro numero de um novo fasciculo...

Em volta da guerra

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Impressões
Ridículo talvez a não ser de hoje...

Regresso de expedicionários

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

Coronelamento
O regresso de expedicionários...

CAIETANO

DO SEU ENTRO CIVIL

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Estas palavras não são de um...

Para a liberdade

Esta é a liberdade...

Esta é a liberdade...

Esta é a liberdade...

Esta é a liberdade...

Esta é a liberdade...

Esta é a liberdade...

Esta é a liberdade...

Acção Catholice

Acção Catholice...

Acção Catholice...

Acção Catholice...

Acção Catholice...

Acção Catholice...

Acção Catholice...

Acção Catholice...

Coronel Sá Chavos

Coronel Sá Chavos...

Coronel Sá Chavos...

Coronel Sá Chavos...

Coronel Sá Chavos...

Coronel Sá Chavos...

Coronel Sá Chavos...

Coronel Sá Chavos...

Correio de Telegrafos

Correio de Telegrafos...

Correio de Telegrafos...

Correio de Telegrafos...

Correio de Telegrafos...

Correio de Telegrafos...

Correio de Telegrafos...

Correio de Telegrafos...

De imediato, a preparação, a partida e a atuação do Corpo Expedicionário Português permitiria a intensificação de reivindicações já expressas. Desde logo a pacificação interna, em matéria religiosa, mas também no plano governativo, incluindo ainda o regresso dos exilados monárquicos. Em editoriais sucessivos, afirmava-se que a guerra constituía conjuntura de exceção e, por isso, requeria posições correspondentes: «N'esta situação e em tal momento essencialmente nacionaes, impõe a salvação commum o estabelecimento d'uma plataforma em que caibam todas as correntes d'opinião que dividem o paiz». (11.3.1916). Não se tratava de uma “abdição” das convicções políticas de fundo, cuja defesa insistente não seria abandonada.

O cerne das divisões internas residiria no problema religioso. Era aí que se situava o ponto de partida para a pacificação interna, em cenário de guerra com a Alemanha: «o que sobretudo divide a familia portugueza é a questão religiosa. Restabelecer os direitos e liberdades dos catholicos, é, pois, de primeira necessidade e o primeiro passo para a união e uma condição [...] decisiva para se chegar a uma solução patriótica, a uma situação nacional” (11.3.1916). A declaração de guerra constituía uma oportunidade para a resolução de conflitos internos: “A primeira necessidade, como tal considerada por todas as nações em guerra, [é] a união de todos, a ‘união sagrada’, como lhe chamou Poincaré». (12.3.1916).

A nova situação de guerra deveria, ainda, implicar o regresso dos exilados políticos, tema que, aliás, era recorrente desde as campanhas africanas. A Azevedo Coutinho, a *Liberdade* acrescentara logo a possibilidade de monárquicos como João de Almeida ou Paiva Couceiro assumirem lugar entre os militares portugueses: «porque não abre o governo as portas da Patria a esses admiraveis portuguezes?» (1.9.1914).

As premissas para a pacificação social e política não estariam a ser respeitadas no imediato em face do novo contexto de guerra. Ao arrepio do que sucedera com os governos belga, francês ou britânico, a União Sagrada de 1916 em Portugal era parcelar. Daí a prossecução do combate nas páginas da *Liberdade*: em Portugal, «não temos homens de estado, temos sectarios; não temos patriotas, temos politicos» (12.3.1916).

Nos dias subsequentes e enquanto era preparado o novo executivo, suceder-se-iam análises contundentes sobre afirmações de líderes políticos e um ambiente de polémica acesa com outros órgãos de imprensa de distintos perfis, como a *República*, a *Lucta*, *A Capital* ou *A Opinião*. É justamente nesta fase que a primeira página passa a conter a indicação de que a «Liberdade é o jornal de maior assignatura do Porto». Afirmação da capacidade de difusão e impacto e que, numa conjuntura económica que se perspetivava mais gravosa, antecipava a redução do formato.

A conjuntura de guerra terá, portanto, implicado uma posição editorial de maior polémica no espaço público, com a afirmação do peso específico da *Liberdade* junto da opinião pública e, quiçá por motivos financeiros, forçando alguns ajustamentos

gráficos imediatos. A organização dos conteúdos também sofreu alterações com a declaração de guerra. Entre 11 e 25 de março de 1916, as colunas centrais da primeira página são marcadas por uma nova secção noticiosa: “Portugal em Estado de guerra”.

No final do ano, a publicação de diploma sobre os capelães militares³² mereceria observações críticas. O tom seria mantido em face do respetivo regulamento, promulgado nas vésperas da partida dos primeiros combatentes³³. Para além de tardia, a legislação é considerada, em secção de destaque (“Nota do dia”, de 20.1.1917), como claramente insuficiente e aquém das expetativas, porque não constitui um corpo de capelães, mas faz depender a assistência religiosa de requerimento do interessado. Por outro lado, coloca em pé de igualdade os padres católicos e os ministros de outras religiões, exclui a Marinha, não menciona os serviços hospitalares, não prevê remuneração e implica a certificação da qualidade de ministro da religião (sem se mencionar a interferência do bispo). Para vincar a insuficiência, é feito o paralelo com a legislação francesa. No dia subsequente, é iniciada uma campanha de subscrição destinada a suportar a ação dos capelães católicos (será, por exemplo, publicitada idêntica iniciativa do jornal *A Ordem*).

Posteriormente, o tema merecerá desenvolvimentos de cariz noticioso. Na Secção “Diario de Lisboa” (26.1.1917), é referido que o Pe. Avelino de Figueiredo, administrador do *Diario Nacional*, tomou a dianteira no alistamento dos capelães, com a indicação de que se tratava do primeiro preso monárquico. Em editorial (4.2.1917), é tratada a apresentação de um projeto de lei sobre assistência religiosa (iniciativa parlamentar do deputado católico Castro Meireles). Pouco depois (9.2.1917), é noticiada a constituição da “Comissão Central de Assistencia Religiosa em Campanha”. Novamente na Secção “Diario de Lisboa” (13.3.1917), o registo da admissão pelo Ministério da Guerra de 30 sacerdotes como capelães, ficando 15 de reserva. No intervalo (11 e 18.2.1917) e na mesma rubrica, as indicações, breves, sobre a chegada dos primeiros militares a França. Em 6 de fevereiro, a notícia sobre as contrariedades causadas por um temporal no transporte dos portugueses mereceu alguns espaços em branco, por imposição da censura.

O início da guerra permitira a abertura de novas frentes de crítica ao regime, de denúncia de incoerências e de reivindicações sobre a pacificação e unidade internas. Com a sua prossecução e a evolução da posição portuguesa no conflito, no sentido de uma intervenção militar direta na frente ocidental, tornar-se-ia evidente para os responsáveis pelo jornal a necessidade de regresso dos portugueses exilados por motivos políticos ou religiosos, o retorno de bispos às suas dioceses, o reatamento de relações com o Vaticano, a revisão da lei da separação ou a integração de capelães nas forças

32 Decreto n.º 2869, de 30.11.1916.

33 Decreto n.º 2942, de 18.1.1917.

militares. Já no plano colonial se havia justificado, de acordo com a perspectiva editorial, a aceitação de combatentes “ilustres”, nomeadamente alguns monárquicos com evidentes credenciais nas campanhas e nos governos africanos. Nas novas circunstâncias de 1916 e 1917, Portugal necessitaria de religiosas em funções assistenciais e também de religiosos e de padres seculares na distante frente de batalha, para além do governo das dioceses passar a ser realizado sem constrangimentos pelos bispos titulares.

6. A frente ocidental, o Sidonismo e La Lys

Entre 1917 e 1918, o tratamento efetuado pela *Liberdade* à participação direta de Portugal na guerra é indissociável da situação política interna. O acompanhamento direto do conflito não justificou a mobilização de recursos, mas apenas permitiu acentuar o perfil originário do jornal católico destinado ao combate político. Em editorial de 27 de fevereiro de 1917, era referida uma carta que Adelino Mendes, repórter de *A Capital* que ia seguir o CEP, sobre o clero. Na *Liberdade*, não se almejava, de todo, um acompanhamento tão próximo de Portugal no conflito, mas o tratamento noticioso e a análise política seriam feitas de acordo com as perspetivas de fundo, desde sempre manifestas, e permitiram a sua intensificação perante novos temas e acontecimentos da agenda política.

Algumas rubricas, irregulares, pouco mais que episódicas ou limitadas a períodos específicos, seriam forjadas ou reativadas. Encontram-se no primeiro caso “Ephemerides do nosso Exercito”, “Echos da guerra” ou “Communicados officiaes”. No segundo, referência para “Em volta da guerra (impressões)”. Os títulos adotados permitem antever os conteúdos que mereceriam enquadramento. Registos factuais, de um lado, e análises ou comentários, de outro.

O processo mais interessante foi o recurso a um dos pseudónimos já referidos (Paulo de Tarso) para, em editorial, analisar a viagem de Bernardino Machado à frente ocidental, em novembro de 1917. Tratava-se do recurso a um eventual repórter de guerra que, a partir de França, enviava as suas «apreciações e pontos de vista» (10.11.1917). Com espaços em branco devido a cortes da censura (Figura n.º 8), o conteúdo do editorial, publicado já no novo formato iniciado meses antes (e com a indicação de que se tratava do jornal de maior assinatura do norte), consiste nas repercussões que a referida viagem presidencial obteve na imprensa internacional. Sobrevieram o comentário político e a crítica aos responsáveis do regime, tendo por base diversas fontes jornalísticas.

Segundo este editorial, a visita de Bernardino Machado justificaria «encomios aos nossos valorosos soldados e aos nossos bravos e disciplinados officiaes» por parte da grande imprensa francesa. Desde logo, porque, argumentava-se, Portugal participava «voluntariamente» na guerra e encontrava-se desprovido do

PAGO DAS ASSIGATURAS
PAGAMENTO ADIANTADO
Director: ...
Redactor Principal: ...

PROPRIETARIO: ...
REDACTORES: ...
ASSISTENTE: ...

DE "LIBERDADE, L. A."
REDACTORES: ...
ASSISTENTE: ...

PAGO DAS PUBLICACOES
A public. em 10 dias, 100 réis.
A public. em 15 dias, 150 réis.

A "LIBERDADE" e o jornal de maior assignatura no Norte

A "LIBERDADE, EM FRANÇA

Portugal em face das nações da Entente

Appreciacao e pontos de vista de um republicano

Paris, 20 de Outubro de 1917.
Desde que a guerra civil, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista que se eleva a um ponto de vista que se eleva a um ponto de vista...

A nota pontificia

Um telegramma dos catholicos holandeses

A Igreja da cidade de Amsterdã, em 20 de Outubro de 1917, enviou um telegramma...

NOTAS DA GUERRA

Impresões

Retorno de Nova-York, a um certo ponto, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Em volta da guerra

Impresões

Retorno de Nova-York, a um certo ponto, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Sempre violentos!

Esta manhã, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Relias noticias

Em Viena, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Em Louvain

Em Louvain, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Um novo

Um novo, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Carta de Commentarios

A nossa obra

Procuramos trazer a luz, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Appreensões

Appreensões, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Agua de Datas e Paga

Agua de Datas e Paga, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Paulo de Tarso

Paulo de Tarso, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Appreensões

Appreensões, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Agua de Datas e Paga

Agua de Datas e Paga, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Appreensões

Appreensões, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Agua de Datas e Paga

Agua de Datas e Paga, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Appreensões

Appreensões, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Agua de Datas e Paga

Agua de Datas e Paga, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Appreensões

Appreensões, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Agua de Datas e Paga

Agua de Datas e Paga, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Appreensões

Appreensões, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Agua de Datas e Paga

Agua de Datas e Paga, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Appreensões

Appreensões, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Agua de Datas e Paga

Agua de Datas e Paga, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Appreensões

Appreensões, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

Entre entelles

Entre entelles, a Liberdade, no plano de um jornal que se eleva a um ponto de vista...

suporte de qualquer tratado «futuramente remunerador». Todavia os elogios não ocorreram na realidade e os telegramas das agências internacionais apenas resumiram a viagem do presidente português. Era evidente, notava-se, o contraste com, por exemplo, a visita do rei de Itália. A presença do chefe de Estado em França não se impusera na imprensa internacional, cujo foco, de acordo com a *Liberdade*, continuara a apontar para Kerensky ou para os zepelins de Guilherme II.

A nota mais incisiva do diário católico da cidade do Porto remetia para a desvalorização internacional, no quadro global do conflito, do esforço dos portugueses que havia sido requerido pelos republicanos: «Ora o que é que os portugueses teem feito? [...] “Que poderão fazer 60:000 soldados portugueses?»». Implicitamente, era criticada uma decisão política do regime instaurado em 1910, comportando exigências elevadas dos cidadãos e resultados, afinal, não alcançados na posição externa do país.

O recurso ao pseudónimo Paulo de Tarso, supostamente a escrever a partir de Paris, não seria episódico. Referir-se-ia, por exemplo e ainda em editorial assinado em Paris, à Batalha do Marne (10.10.1917) ou ao primeiro grupo de enfermeiras militares portuguesas (28.6.1918). Com a utilização de siglas (P. T.), também um derradeiro balanço do conflito, adiante analisado.

O acompanhamento do conflito mundial manteria, nas secções mais estáveis, a ótica ao longo de 1917, com um vincado pendor de análise política sobre as decisões dos governos republicanos e das suas repercussões. Note-se, por exemplo, uma análise em artigo de fundo sobre o tratamento jornalístico da guerra realizado pela *Revista Catholica*, de Viseu, e pela *Ilustração Portuguesa*. O texto elogiava as imagens do primeiro título, destacando as campas dos mortos portugueses. Ao invés, por exemplo, era criticada, na segunda publicação, uma fotografia de Bernardino Machado, Afonso Costa (com expressão “de parvo”) e um padre que dirigia um hospital visitado pela comitiva portuguesa. Para o autor do editorial, esta imagem continha «uma dolorosa mystificação», com «a imagem do Portugal heroico e christão, victima das loucuras dos governantes e expiando culpas, que não praticou». (13.11.1917). Na mesma linha, uma rubrica com breves regionais dava conta dos primeiros mutilados portugueses de regresso a Lisboa (7.10.1917).

A batalha de La Lys mereceria um tratamento prolongado. No entanto, o ângulo de análise é já indissociável da forma favorável como o regime sidonista foi acolhido nas páginas da *Liberdade*. O golpe de dezembro de 1917 mereceu, num primeiro momento, como que um dossiê noticioso, com a promessa de um comentário político consistente: tratava-se da exposição das “noticias dos acontecimentos”, sendo remetida para próxima edição a exposição do “nosso modo de vêr” (9.12.1917). Tratava-se de uma interessante distinção entre processos e metodologias de tipo jornalístico. De um lado, os factos, de outro comentário, ou a notícia

neutral, primeiro, e, com separação no tempo e no espaço, a análise com base em certos pressupostos e com iniludíveis objetivos de cariz político.

Em editorial posterior, seriam desenvolvidas críticas incisivas a Afonso Costa e manifestada uma elevada expectativa em torno da ação a desenvolver pelos revoltosos. Era saudada a decisão em favor dos bispos expulsos e expostas reivindicações complementares, com base na percepção de que «quem sobretudo preparou a atmosfera moral, que tornou possível a queda do democratismo, foram os ataques que este dirigia contra os catholicos» e, consequentemente, a reação destes permitiu o movimento sidonista (11.12.1917).

Numa fase mais adiantada do novo regime, era abordada, em editorial, uma possível viagem do secretário da Nunciatura a Roma para proceder ao reatamento das relações diplomáticas com o Vaticano. A par do regozijo com tal possibilidade, era feita a defesa de uma concordata em regime de separação, à semelhança do Brasil ou das Filipinas, discutido em França (6.4.1918). As eleições de 1918 mereciam particular destaque, até porque Francisco Veloso e Alberto Pinheiro Torres seriam eleitos pelo Centro Católico.

Esta compreensão do Sidonismo, ainda em 1917 e acentuada em 1918, não será imune às notícias e aos comentários sobre a batalha de La Lys, a qual começou a ser perspectivada em função de um ataque alemão em preparação (10.4.1918). No dia seguinte, contudo, o editorial discutia o desfecho do conflito e os cenários de reconstrução. Em face da ofensiva germânica, o jornal católico considerava que «A hora [era] de pacificação e defesa do actual governo» (13.4.1918).

O heroísmo dos militares portugueses, em face da desproporção de forças e tendo em conta apreciações dos correspondentes estrangeiros, seria constantemente sublinhado à medida que as notícias chegavam da frente de batalha. Confirmava-se a explicação de que «o recuo dos nossos fora determinado pelo fracasso na ala esquerda britânica» (13.4.1918). O impacto dos combates de 1918 viriam a justificar processos jornalísticos raramente utilizados, como fosse o recurso a mapas para esclarecer o que estava a causa (Figura n.º 9). Posteriormente, seria traduzido artigo do *Le Telegramme*, jornal do norte de França, que caracterizava nos mesmos moldes a atuação portuguesa no campo de batalha (25.5.1918).

No final do conflito, um editorial, assinado com recurso às iniciais P. T. (presumivelmente o pseudónimo Paulo de Tarso), fazia um balanço do conflito, enquanto o regime sidonista entrara numa fase derradeira e o armistício abria um novo cenário internacional. Nesta avaliação em cima do momento, era comentada a participação de Portugal, o perfil religioso e político dos derrotados e dos vencedores, em contraste, aliás, com algumas das afirmações expressas em 1914.

Quanto aos militares portugueses, persistia o elogio do heroísmo manifestado ao longo de 1917 e 1918. Sobre o desfecho do conflito, incluindo a caracterização dos

derrotados, um certo providencialismo: «Deus não podia dar a victoria ás armas protestantes, contra os exercitos da catholica Belgica e da christianissima França. Deus não podia consentir que dominasse a cultura germanica, essencialmente racionalista e protestante, contra a cultura latina, radicalmente catholica» (13.11.1918).

O contraste manifesto entre estas afirmações e uma certa admiração pela Alemanha, logo nos primórdios da guerra, será explicável com recurso a diferenças internas no corpo redatorial. Como o posicionamento político futuro dos responsáveis pelo jornal sugere, a homogeneidade ou a uniformidade não eram apanágio do grupo responsável pelo diário do Porto, mesmo que a sua dimensão fosse, de facto, muito reduzida. À parte questões de fundo, a relação entre o Estado e a Igreja e o modelo de atuação política dos católicos, outros problemas e posicionamentos mereceriam divergência, conforme o envolvimento e posicionamento de vários dos seus protagonistas o permitiriam evidenciar.

Ainda no referido editorial do final da guerra, era saudado o programa político dos vencedores, com o «triumpho da democracia», cujo «movimento alastra avassalador», pelo que «contraria-lo, seria a loucura». Como já havia sido perspetivado por Leão XIII e ensaiado por Albert de Mun, as democracias surgiam incontornáveis e a ação dos católicos teria de se centrar no «povo, trabalhando para que a sua marcha ascensional se fizesse, não á luz dos principios revolucionarios, mas sim á luz dos principios christãos». Com a derrota de «todas as forças que se oppunham á revolução», apenas persistira «a Egreja como unico baluarte contra a anarchia estabelecida». O debate central do século XIX, com a disputa sobre o lugar e papel da Igreja Católica na nova ordem sociopolítica, atravessara, entre 1914 e 1918, como que mais uma etapa. A I Guerra contribuíra para reforçar a legitimação do catolicismo enquanto força social e moral regeneradora do país, em contraponto ideológico ao liberalismo e ao socialismo e ao espírito revolucionário, procurando o seu reconhecimento como baluarte da identidade nacional, no quadro do que já foi sociologicamente designado como um «conflito triangular»³⁴.

Conclusão

A análise da situação geral da imprensa católica no período da I República – cujas principais características e tendências foram assinaladas, nomeadamente a evolução quantificada do movimento editorial – revelou, em traços gerais, a existência de uma grande capacidade de resistência, iniciativa e resposta por parte de diversificados setores relativamente às políticas laicizadoras do novo regime político e ao que entendiam ser os direitos e liberdades da Igreja na sociedade moderna. Do

34 Cf. POULAT, Émile – *Église contre bourgeoisie: introduction au devenir du catholicisme actuel*. Tournai: Casterman Poulat, 1977.

ponto de vista ideológico, o nacionalismo católico do período final da Monarquia Constitucional significara, para boa parte desses mesmos setores, um trânsito do legitimismo político para a adesão ao ideal da democracia cristã, tal qual fora formulado pelo papa Leão XIII, um “ir ao povo” para, em nome do catolicismo desse povo, procurar sustentar a identidade orgânica da nação portuguesa.

Na doutrina católica, a questão do regime político do Estado – monárquico ou republicano – passara a questão segunda no interior do movimento católico, conforme ao princípio do “ralliement” leonino e segundo a nova orientação marcadamente social do que deveria constituir a ação dos católicos e da Igreja na sociedade, conforme ao projeto do que historiograficamente se designa como «catolicismo social»³⁵. Ação social que procurava afirmar-se segundo um ideal moral e religioso, regenerador da pátria ameaçada pelos efeitos dissolventes de certas ideias e práticas políticas, tidas por contrárias à organicidade social. Donde o apelo à “união católica”, entendida não apenas como tática de um cerrar de fileiras para a defesa da religião e da Igreja católica na sociedade portuguesa de então, mas sobretudo como estratégia de afirmação de um novo ideal de nação a que os católicos portugueses eram chamados a dar corpo, conforme o entendimento dos bispos portugueses.

O Apelo de Santarém, lançado pelo episcopado português em 1913, surge assim como marco que baliza as iniciativas do movimento católico em geral e orienta, em larga medida, a atividade pública das suas elites, já não só eclesiásticas, mas sobretudo laicais. Clérigos e leigos convergem então no lançamento de obras, associações e outras dinâmicas onde as dimensões religiosas, sociais, culturais e políticas se mesclam e redefinem, conforme a uma visão “integral” do ser católico, numa dinâmica de mobilização, cuja vitalidade a historiografia mais recente tem sublinhado³⁶ e que contraria tradicionais leituras históricas reducionistas acerca da evolução social e política do catolicismo português na transição da Monarquia Constitucional para a I República.

É este o contexto em que se desenvolveu, cresceu e diversificou o que viria a definir-se como a imprensa católica da época e cuja evolução quantificada de novas iniciativas editoriais (cf. Figura 2) e do número global de periódicos católicos então em circulação (cf. Figura 1) confirmam, destinada a ser instrumento de combate político e mobilização da opinião pública, conforme aos modelos de imprensa de então. É no seio da nova esfera pública que a atividade de propaganda, doutrinação

35 Cf. MAYEUR, Jean-Marie – *Catholicisme social et démocratie chrétienne. Principes romains, expériences françaises*, Paris: Éditions du Cerf, 1986. Para o caso português, v. FONTES, Paulo F. de Oliveira – Catolicismo social. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. A-C. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 310-324.

36 Cf. FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In AZEVEDO, Carlos Moreira, ed. *História religiosa de Portugal*. Vol. 3: CLEMENTE, Manuel, coord. – *Religião e secularização*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 136-147.

e debate que então se trava ganha em ser apreciada³⁷. É nesse quadro que a noção de “imprensa católica” emerge e carece de avaliação, considerada não apenas como instrumento e voz de um setor da sociedade, mas como um meio de afirmação, confronto e redefinição dos diversos setores do militantismo católico e do seu lugar no novo espaço de discussão e afirmação de correntes de opinião que a imprensa corporizou e de que o jornal *Liberdade* é bom exemplo.

Essas publicações resultaram tanto das dinâmicas institucionais e estruturas territoriais locais da Igreja Católica, quanto de iniciativas particulares diversas, cuja identificação e caracterização nem sempre é fácil (cf. Figura 3, onde surgem classificadas de modo simplificado como de “inspiração cristã”). Do ponto de vista da sua localização geográfica neste período, verificámos a concentração das diversas iniciativas editoriais católicas no Norte do país e, em particular, nas dioceses do Porto e de Braga, onde se concentrava também maior população e se verificava um tradicional enraizamento local do próprio catolicismo, com o interior-centro do país (dioceses de Portalegre-Castelo Branco e da Guarda) a manifestar uma capacidade de iniciativa equiparável à verificada na região da diocese de Lisboa (cf. Figura 4). Confirma-se assim a hipótese de que a deslocação do eixo do catolicismo para Sul do país e a centralização de iniciativas na capital só ocorreria mais tarde, resultante de outras dinâmicas sociais, incluindo os acontecimentos em torno das aparições marianas de Fátima, que eclodem neste mesmo período.

Em termos da evolução conjuntural, o desencadear da Guerra de 1914-18 e, sobretudo, a declaração de guerra e a participação portuguesa no teatro de operações europeu, a partir de 1916, constituíram um marco que condicionou necessariamente a evolução material da imprensa em geral, assim como o tipo de debate suscitado na imprensa de opinião, a começar pelos diários de alcance nacional e nos títulos do que se virá a designar como imprensa regional, onde o papel das iniciativas católicas terá sido determinante³⁸. No caso da imprensa católica, a situação de guerra e o pós-Sidonismo implicaram uma quebra na circulação de títulos de publicações, apenas plenamente recuperada em 1923/24, conforme a quantificação apurada. Mas o debate acerca da participação nacional na guerra constituiu sobretudo um revelador das principais tensões e conflitos que atravessavam a sociedade portuguesa de então, dividida entre “guerristas” e “anti-guerristas”, e em que no jogo partidário se digladiavam os “democratistas” e os demais setores políticos³⁹. A lógica argumentativa desenvolvida pela imprensa política em geral, e aqui analisada de

37 Cf. TAYLOR, Charles – *Imaginários sociais modernos*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010, p. 87, retomando e alargando a noção de Habermas.

38 Cf. MANUEL, Alexandre – *Da imprensa regional da Igreja católica: o que é, quem a faz e quem a lê*. Coimbra: Minerva, 2013.

39 Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O poder e a guerra 1914-1918: objectivos nacionais e estratégias e políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Ed. Estampa, 1996.

modo mais detalhado a partir do diário portuense *Liberdade*, permite evidenciar os principais tópicos da agenda católica no debate político nacional.

Lançado com o intuito de mobilizar e unir os católicos para uma intervenção na arena política no sentido da defesa dos interesses da Igreja e do combate à atuação do regime em matéria de religião, o jornal *Liberdade* efetuou um tratamento jornalístico da guerra correspondente aos seus objetivos de fundo, expostos nas semanas anteriores ao início das hostilidades. As notícias sobre o conflito mundial e os sucessivos comentários em editorial acentuavam a defesa da liberdade de organização dos católicos, a atuação concertada por meios legais e a separação (e não a oposição) entre a Igreja e o Estado. Com muito escasso recurso a imagens, os processos gráficos do diário foram limitados: o principal destaque era atribuído ao artigo de fundo, com algumas secções novas em função da guerra, que, obviamente, também ocupavam um elevado espaço nas rubricas regulares definidas em junho de 1914. De certa forma, verifica-se que o recurso à fotografia seria concentrado num periódico complementar, *Ilustração Catholica*, publicado em Braga no mesmo período e que teve como diretor Francisco Veloso, o responsável de maior continuidade pelo diário do Porto, onde a palavra escrita seria o instrumento central.

A conjuntura de guerra implicou uma posição editorial de maior polémica com a afirmação do peso específico da *Liberdade* junto da opinião pública. Em diferentes momentos, a perspetiva sobre a manutenção da neutralidade portuguesa em face da I Guerra Mundial foi expressa e reafirmada naquele periódico. No entanto, o patriotismo nacional expresso pela linha editorial justificou o aplauso à defesa das colónias, saudando-se, logo em 1914, o envio de militares portugueses para África, porque se tratava da defesa do território nacional. A integridade do império colonial e a defesa da pátria constituíam valores cimeiros a respeitar. Quanto à ação dos militares portugueses, verifica-se o elogio do heroísmo manifestado nos diversos teatros de operação, e em particular durante a batalha de La Lys.

Do ponto de vista da evolução da situação nacional, se a frente colonial forneceu a primeira ocasião para um apelo concreto à pacificação social e política interna em matéria religiosa, no entanto, as premissas para essa pacificação não viriam a ser respeitadas no imediato em face do contexto de guerra. Ao arrepiro do que sucedera com os governos belga, francês ou britânico, a União Sagrada de 1916 em Portugal era parcelar, o que explica a intensificação e politização do combate verificado nas páginas da *Liberdade*.

Na sua qualidade de jornal de opinião católica, concebido como meio de ação, o tratamento da I Guerra Mundial apresenta-se, de facto, profundamente politizado, no combate contra o que se considerava ser as insuficiências e limitações da ação governativa, partidarizada pelos setores “democratistas”. Para os responsáveis

da *Liberdade*, o conflito mundial veio permitir colocar na agenda nacional temas como o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Vaticano, a pacificação religiosa como via para uma necessária estabilidade política interna e a assistência religiosa aos militares no teatro de operações, à semelhança do que acontecia com outros países, conforme analisado. Estas questões foram recorrentes, com os sucessivos acontecimentos entre 1914 e 1918 a justificarem um correspondente tratamento noticioso e a opinião dos redatores a ser claramente expressa, numa lógica argumentativa contundente, com recurso à comparação da situação nacional com a de outros países europeus em matéria de política religiosa, nomeadamente a Inglaterra, mas também a França laica. Tal comparação constituía assim um referencial de legitimação para o reforço da crítica à evolução política interna, facilitando uma atitude prática de aproximação do jornal *Liberdade* ao Sidonismo e de apoio às medidas de política religiosa então tomadas, no sentido de um apaziguamento da chamada “questão religiosa” suscitada pela propaganda anticlerical, pelas políticas laicizadoras dos governos democráticos e pela atitude política dos setores mais radicalizados do republicanismo militante.

Em síntese: o jornal *Liberdade*, enquanto órgão de imprensa, constituiu um bom exemplo da capacidade de iniciativa e de organização de vários setores católicos durante a I República e, simultaneamente, das dificuldades e limitações encontradas pela imprensa doutrinal católica em resistir e sobreviver de forma autónoma às mudanças resultantes do controlo do aparelho de Estado pelas diversas forças políticas. A sua existência coincidiu praticamente com a duração da I Guerra Mundial, afirmando-se como baluarte do projeto de união dos católicos portugueses, contra o partidarismo monárquico e republicano e, sobretudo, contra a ideologia livre-pensadora e as políticas laicizadoras dos governos republicanos, pugnando e apoiando políticas de acalmação da questão religiosa. Não tendo sobrevivido ao pós-Sidonismo, o seu percurso terá contribuído para abrir e afirmar novas perspetivas de ação política dos católicos a partir da constituição (1915) e posterior reorganização (1922) do Centro Católico Português.